



Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.

**MOVIMENTO É VIDA:  
ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS  
PARA TODAS AS PESSOAS**

Relatório Nacional de  
Desenvolvimento Humano do Brasil  
**2017**

# AFEs, Desenvolvimento Humano e Esporte de Alto Rendimento

*Larissa Rafaela Galatti*

*Doutora em Educação Física, pesquisadora do Laboratório de Estudos em Pedagogia do Esporte e docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (Lepe/FCA/Unicamp).*

## INTRODUÇÃO

O esporte é um dos maiores fenômenos socioculturais das últimas décadas. É inegável sua presença em diferentes sociedades, refletindo e estimulando valores e modos de comportamento, interagindo com aspectos políticos, econômicos, religiosos, entre outros, que emergem do convívio humano. Uma das manifestações do esporte é o denominado “Esporte de Alto Rendimento” (EAR), cujo conceito pode partir daquele estipulado pela Legislação Brasileira: “III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações” (BRASIL, 1998a).

A estrutura brasileira de esporte de alto rendimento segue modelo hierárquico tradicional, ainda que, sobretudo a partir da Lei Pelé (BRASIL, 1998a), diferentes legislações esportivas venham possibilitando maior gerência de organizações não governamentais e ligas sobre o EAR (MAZZEI et al., 2015). Nessa estrutura, o Ministério do Esporte é o principal órgão governamental, propondo leis, designando projetos e implementando programas em nível nacional, o que é feito por meio de quatro secretarias, sendo uma delas apenas para o EAR, que, por sua vez, é composta por dois departamentos: (i) Esporte de Base e de Alto Rendimento e (ii) Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos<sup>1</sup>.

O principal órgão não governamental é o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que rege as confederações nacionais, às quais são filiadas as federações estaduais. É nessa hierarquia que o EAR olímpico se estrutura, determinando quem são os atletas em competições olímpicas, pan-americanas ou sul-americanas (MAZZEI et al., 2015). No caso do EAR paralímpico, substitui-se o COB pelo CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro). Quanto às modalidades não olímpicas, o principal órgão gestor tende a ser a confederação da modalidade (ver Figura 1). Na base dessa estrutura, os clubes são os espaços mais tradicionais de formação de atletas e de manifestação do EAR, ao lado das prefeituras e, com recente relevância, dos projetos sociais, dentre outras entidades (por exemplo, o Sesi, Serviço Social da Indústria, tem um programa esportivo que prevê e tem fomentado o desenvolvimento de atletas de EAR) (GALATTI, 2010; MAGRI et al., 2015; CUNHA et al., 2016; MEZZADRI, 2016).

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/snear/departamentos.jsp>>. Acesso em: 2 out. 2016.



Figura 1 – Organograma do esporte brasileiro

Fonte:

Böhme

(2015).



Fonte: Böhme (2015).

Em termos globais, uma expressão relevante da presença do EAR são os números das duas principais organizações multiesportivas do planeta: são 206 países vinculados ao Comitê Olímpico Internacional por meio de seus Comitês Olímpicos Nacionais (IOC, s.d.) e 177 vinculados ao Comitê Paralímpico Internacional. Federações internacionais de modalidade chegam a superar esse número de filiados, como a Federação Internacional de Futebol e a Federação Internacional de Atletismo. Associações e ligas profissionais ou não profissionais que fomentam o EAR ao redor do mundo seguramente exibem números importantes em mobilização econômica e social. Os números dessas instituições são significativos, pois regem as principais competições internacionais de EAR ao redor do mundo, tendo grande influência nas estruturas esportivas nacionais e internas de cada país. A forte estrutura burocrática estabelecida no refinamento do denominado Esporte Moderno (ELIAS e DUNNING, 1992; MARQUES et al., 2009; GALATTI, 2010) se mostra presente no momento contemporâneo e é ponto de partida para olhares desconfiados sobre as possibilidades de desenvolvimento humano a partir dessa manifestação.

A estrutura tradicional do esporte premia os melhores resultados, sendo conseqüências possíveis vantagens econômicas e políticas; para indivíduos,

organizações e nações. Em busca das recompensas emergentes no EAR, muitos excessos se cometem: doping; especialização precoce de crianças; abuso (de diversos tipos) de pessoas; “coisificação” de jovens e adultos (e, por vezes, crianças) comercializados no mercado esportivo; desigualdade de gênero; uso do fascínio do esporte para propaganda político-partidária; uso do esporte para disseminação de ideias (muito) questionáveis, tal qual o famoso caso de Berlim (1936) e a propaganda nazista, assim como os recorrentes casos de racismo evidenciados cotidianamente ao redor do mundo; e o risco de atentados à vida nos eventos esportivos.

Certamente, este texto e você, leitor, poderiam pensar em inúmeros outros exemplos negativos e dedicar as próximas páginas ao quanto o EAR pode ferir a perspectiva de desenvolvimento humano. Mas, se o fizéssemos, estaríamos perdendo a oportunidade de girar o caleidoscópio de significados que é o esporte contemporâneo e o potencial para o desenvolvimento positivo de pessoas que o mesmo tem. Evidência breve desse potencial é a eleição do esporte para este documento organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas). A ONU “é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais” (ONU, s.d.). Também, em 2015, por meio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a entidade ressaltou o esporte como importante ampliação de “repertório de direitos” e para fomentar atitudes e comportamentos relacionados a “igualdade de gênero, promoção da inclusão e superação de todas as formas de discriminação” (ONU, 2015).

São muitos e fortes os argumentos da literatura e da ONU diante desse potencial do esporte. E por que o esporte de alto rendimento não pode se somar a essa missão? Muito recentemente, o Brasil observou o potencial de mobilização de pessoas que o EAR tem, seja pela celebração olímpica e paraolímpica durante estes jogos, seja pelas manifestações populares que os precederam. Também na já considerada maior tragédia do esporte brasileiro, o acidente aéreo com a equipe catarinense da Chapecoense, manifestações de afeto e suporte de entidades e pessoas de todo o Brasil e do mundo comoveram milhões de brasileiros. E esse é o enfoque deste manuscrito: descrever o que é o EAR, evidenciar o cenário brasileiro em relação ao mesmo com suas potencialidades ou seus problemas e refletir sobre o esporte de alto rendimento e suas possibilidades para o desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano, por sua vez, é conceito em transformação e avançou recentemente da ideia de maior acesso à riqueza para a percepção de capacidade de realização do ser humano (ONU, s.d.). Hoje, esse conceito é percebido pela entidade como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas



tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. “As pessoas são a verdadeira riqueza da nação” (ONU); o atleta é a verdadeira riqueza do esporte.

Nessa compreensão, o atleta de EAR é mais que um produto, é um agente social único, cuja prática esportiva tem também motivações extrínsecas, mas repousa no ato de praticar, de jogar – seja no ginásio, no estádio, na praia, na piscina, na pista, no campo... – se alimentando pelo desafio, pela representação, pelo desequilíbrio e pela imprevisibilidade (SCAGLIA, 2003). A partir daí, busca a superação, busca o movimento e, na convivência com limites, o seu máximo desenvolvimento.

A bola está no alto e esta partida pela compreensão do EAR se organiza em três “tempos”: o primeiro trata do próprio esporte de alto rendimento e de suas particularidades, o segundo apresenta indicativos do panorama brasileiro em relação ao EAR e o terceiro se centra no atleta e no seu desenvolvimento pessoal por meio do EAR. Vamos ao jogo!

## 1. Primeiro tempo: sobre o esporte e o alto rendimento

O esporte moderno se desenhou na Inglaterra pós-Revolução Industrial, em momento de intensa urbanização e reorganização política e social nas cidades, incluindo aí as formas de as pessoas se relacionarem e se divertirem. Para Elias e Dunning (1992), esse foi um “processo social cego”, ou seja, não foi fruto de ações isoladas de um indivíduo ou grupo, mas resultado (inesperado) do entrelaçamento de ações intencionais de diferentes grupos interdependentes ao longo de gerações. Logo, podemos partir da noção de que o esporte é uma manifestação sociocultural construída em meio a complexos processos de transformações e definições da estrutura da sociedade mais ampla.

Ao longo do século XX, o fenômeno consolidou-se, tendo como marco a retomada dos Jogos Olímpicos; sobreviveu às grandes guerras mundiais e fortaleceu-se como espetáculo proporcionado por atletas cada vez mais especializados que, em meio a décadas de polêmicas, profissionalizaram-se. Para Guttman (1978), em seu percurso, o esporte moderno foi marcado por sete características: secularidade, igualdade, especialização, racionalização, burocracia, quantificação e presença de recordes. A secularidade se demonstra na ausência de ligação com o sagrado: os atletas deixam de estar vinculados aos deuses, como na Grécia antiga, e os eventos esportivos, de relacionarem-se a rituais de cunho



espiritual. Ao contrário, em paralelo com o desenvolvimento de formas de governos baseadas na disputa a partir do discurso argumentativo (parlamento) e do desenvolvimento das relações de trabalho no contexto urbano pós-industrialização, o esporte moderno se estruturou a partir de organizações burocráticas, como os clubes e federações. A partir destas, é caracterizado pela racionalização, sendo definidas regras e formas de disputa que oportunizam aos atletas condições igualitárias de busca do máximo resultado esportivo em competições cada vez mais especializadas. Nesse processo, o esporte passou a ser alvo de estudos científicos – intensificados a partir da década de 1960 –, que observavam o homem em movimento e sinalizavam para procedimentos que possibilitassem melhor performance na busca de resultados quantificáveis, na expectativa de estabelecer e superar recordes.

Mais tarde, Coakley (1998) nos apresenta a ideia de que o esporte se sustenta e desenvolve por dois eixos paradoxais: um baseado em poder e performance e outro, em prazer e participação. O primeiro envolve o uso das capacidades físicas para dominar adversários na busca de vitória em competições, na busca de superação, recordes, hierarquia entre os participantes, entre outros. O segundo também pode estar relacionado a competições, mas enfatiza a conexão entre as pessoas e a expressão pessoal daqueles que participam por divertimento, inclusão, experiências, relações interpessoais, entre outros.

A partir desse autor, observamos que, embora ampliado para outros grupos sociais, o esporte moderno ao longo do século XX teve como manifestação mais valorizada o EAR, sendo uma prática majoritariamente masculina e orientada à busca do máximo desempenho esportivo, no eixo denominado poder e performance. No entanto, já nas últimas décadas do mesmo século, os dois eixos paradoxais foram se fortalecendo em relação dialética (na perspectiva de Berger e Luckmann, 1994): de um lado, o avanço do EAR com a crescente especialização e profissionalização dos atletas e demais envolvidos, sendo assim reconhecidos até pelo tradicional e relutante COI; de outro lado, a expansão de outras formas de convívio com o esporte, como praticante, espectador ou consumidor, foi se estabelecendo, fortalecendo e ampliando para novos públicos – como as mulheres, ainda que a passos mais lentos (GALATTI et al., 2014; GALATTI et al., 2010; MARQUES, 2015).

Tubino (2002) destaca que essa maior percepção da amplitude do esporte na sociedade tem como marcos a Carta Europeia do Esporte para Todos (1975) e a Carta Internacional de Educação Física e o Esporte da UNESCO (1978). O impacto foi tão significativo que as duas últimas décadas do século XX são consideradas de



transição para o denominado Esporte Contemporâneo (GALATTI et al., 2010; MARQUES, 2015). Tal denominação emerge quando observamos que, junto à consolidação do esporte profissional, aconteceu a pluralização do esporte, sendo as características do período moderno insuficientes diante das possibilidades amplas do fenômeno contemporâneo: diversificado, em constante transformação e valorado em diversos níveis, dando vazão a múltiplos significados, tais quais os relacionados a profissão, representação, lazer, saúde, estética, socialização e educação (GALATTI et al., 2010; GALATTI et al., 2014).

Seguramente, o EAR segue vinculado ao eixo de poder e performance e pode ser remunerado (profissional, com contrato de trabalho desportivo) ou não profissional (inexistência de contrato especial de trabalho desportivo, mas passível de recebimento de patrocínios e incentivos materiais) (BRASIL, 2013). Quanto ao esporte profissional, pode ser caracterizado como um fenômeno marcado pela busca do rendimento máximo na modalidade praticada e que envolve (ou é desejável) uma equipe multidisciplinar, visando responder aos objetivos pessoais do atleta de conquistar marcas expressivas que o tornem bem-sucedido em sua profissão com conseqüente valorização financeira e social, assim como atender aos interesses das empresas financiadoras desse atleta e das marcas associadas ao seu nome ou à sua equipe e aos interesses da imprensa esportiva, tendo por base a ética que rege essa profissão (GALATTI, 2006).

Uma vez que se mostra apta e opta pelo EAR, a pessoa deveria assumir as responsabilidades inerentes à profissão de atleta, como o enfrentamento de cargas intensas de treinamento para o alcance de (obrigatório) rendimento máximo, o que pode conduzir a aspectos negativos por vezes associados a escolhas questionáveis – que contrapõem a ética profissional – e que geram barreiras a um desenvolvimento humano positivo, tais como o não respeito às individualidades, o doping e a corrupção (GOELLNER, 2005; MARQUES et al., 2009). Já no final do século XIX, o atleta profissional começou a ser alvo de uma espécie de estigma, que lhe foi atribuído inclusive pelo Movimento Olímpico por meio de seu fundador, Pierre de Coubertin, que pretendia manter elitizado seu movimento esportivo; portanto, restrito à aristocracia masculina que o fundou (GUTMANN, 2002). No entanto, da mesma maneira como estão expostos às conseqüências negativas do EAR, atletas também estão expostos a seus benefícios.

A discussão histórica em torno do esporte profissional e a profissionalização das agências que o promovem demonstram o fascínio que esse esporte exerce, havendo uma relação positiva e estimulante de novos praticantes desejosos de



outros sentidos do fenômeno esporte, associados a uma expansão de sua prática. Em parte, esse movimento é impulsionado pelos processos mercantis envolvendo o esporte, que passam a ser evidenciados pelos meios de comunicação, gerando o interesse em acompanhar as disputas profissionais, mas, também, de participar das mesmas como protagonista do processo (MARQUES et al., 2009). Ainda que motivados pelo esporte profissional e a expansão de lucros e negócios, o esporte passa a agregar mais espectadores e novos praticantes, que reconstróem ambientes para a vivência e passam a ampliar os significados do fenômeno. Além de formar atletas e gerar dividendos, o esporte ganha espaço também como uma possibilidade de lazer e tem seu significado educacional mais uma vez reconhecido, agora não apenas para uma elite socioeconômica ou para os poucos que chegam à plenitude atlética, mas para qualquer pessoa que pratique ou assista ao esporte, de forma geral e em suas práticas que requerem menor investimento financeiro ou de instalações, como a corrida de rua; diferentemente, o golfe seria um contraexemplo (GALATTI et al., 2016a; GALATTI et al., 2010).

Fortalecido pelo seu potencial de atrair espectadores, praticantes e consumidores, o esporte passa a ser alvo de estratégias institucionalizadas para o aumento dos envolvidos com o fenômeno, como o surgimento de novas organizações promotoras, tanto em academias e escolas de esportes privadas quanto em projetos de políticas públicas que ofertem a prática gratuitamente, favorecendo a democratização e a familiarização do grande público junto a modalidades de mais fácil acesso (RODRÍGUEZ DÍAZ, 2008). Exemplo da expectativa de atingir outros públicos é a eleição das novas modalidades olímpicas para Tóquio 2020: caratê, beisebol, softball, skate, surfe e escalada esportiva. As três últimas, consideradas radicais, de aventura ou, ainda, modalidades esportivas na natureza, evidenciam que o EAR, dentro de seu espaço mais tradicional – o olímpico –, segue interagindo com as demandas sociais, atualmente mais relacionadas à liberdade de expressão, à individualização das práticas e à menor formalidade no contato com o esporte (RODRÍGUEZ DÍAZ, 2008).

Na esteira da ampliação de públicos, é inegável a conquista de espaço como EAR do paradesporto, em específico por meio do movimento paralímpico. Com origem nos países envolvidos nas grandes guerras mundiais, nas quais muitos combatentes jovens adquiriram lesões na coluna vertebral ou amputação de membros, o esporte adaptado nasceu em Stoke Mandeville, na Inglaterra, a partir de 1944, com a intenção de recuperar e reintegrar esses ex-combatentes à sociedade. Logo, as primeiras competições foram acontecendo e, desde Seul 1988, os Jogos Paralímpicos acontecem na mesma cidade, no mesmo ano e nas mesmas



instalações dos Jogos Olímpicos (MARQUES et al., 2009). Hoje, ao atleta paralímpico, não basta querer estar nos Jogos, é preciso ser elegível (processo de classificação funcional) e, depois, alcançar os índices e as convocações, a exemplo do que acontece no esporte olímpico. Ou seja, é uma atividade de rendimento obrigatório, que exige preparação, dedicação, superação e, em muitos casos, profissionalismo. Daí decorre o processo de promoção de ídolos, de comercialização do esporte paralímpico e de recorrente reconhecimento social da pessoa com deficiência (MARQUES et al., 2009; CIAMPOLINI et al., 2014).

A necessidade de diversificação e de integrar-se às novas exigências do público praticante e consumidor do esporte se mostra evidente até mesmo nas modalidades mais tradicionais: se, no esporte moderno, observamos a universalização das regras, no contemporâneo, as necessidades de atender a um público cada vez maior e mais exigente, assim como atender às demandas dos meios de comunicação que divulgam o esporte, resultam em constantes alterações das regras. Nesse processo, de acordo com Paes (2009), os fatores ligados à mercantilização e à profissionalização reforçam a tendência de que a mídia exerce um papel de protagonista, cada vez maior, nesse processo, visando adequar os fatores relacionados a tempo, espaço e imprevisibilidade, a fim de manter a incerteza, elemento-chave para o esporte continuar sendo fascinante (ELIAS e DUNNING, 1992). Nesse processo de refinamento, um novo processo de restrição de acesso ao EAR pode se estabelecer: por exemplo, com a Copa do Mundo FIFA 2014, realizada no Brasil, o país observou a melhoria da estrutura de estádios para a modalidade ao mesmo tempo em que acompanhou um encarecimento dos ingressos e do acesso aos estádios, restringindo, para a maior parte da população, a oportunidade de assistir, no estádio, a uma partida de futebol das primeiras divisões do país.

A estrutura esportiva do EAR, até a década de 1980, tinha seu foco voltado para a formação de atletas de elite, na consagrada estrutura piramidal, com uma base extensa de muitas pessoas praticando diferentes modalidades esportivas para que se selecionassem, ao longo dos anos, os melhores jogadores. Aqueles que não chegassem ao nível de elite deixavam de compor o quadro de esportistas ou praticantes das modalidades. Na contemporaneidade, o esporte tem entre suas funções gerar receitas, negócios e empreendimentos, sendo desejoso manter o maior número possível de pessoas envolvidas com o fenômeno, emergindo diferentes manifestações esportivas com distintos significados. Para tal, analisar e qualificar o EAR passa por complexos e variados elementos.



Para nomear esses elementos, recorreremos a uma das ferramentas para avaliação do EAR e de políticas para seu fomento, o SPLISS (Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success) (DE BOSSCHER et al., 2006). Em aplicação e aprimoramento desde 2006, o SPLISS parte da compreensão de EAR como um sistema, cuja existência e cujo desenvolvimento resultam da combinação de políticas governamentais e não governamentais. Assim, para avaliação e comparação internacional de políticas esportivas de alto rendimento, indica nove elementos, denominados pilares<sup>2</sup>: (1) Suporte financeiro, (2) Estrutura; (3) Participação no esporte, (4) Identificação e desenvolvimento de talento; (5) Carreira e pós-carreira atlética; (6) Estrutura de treinamento e competição; (7) Formação e desenvolvimento de treinadores; (8) Participação e organização de competições nacionais e internacionais; e (9) Pesquisas científicas e inovação.

Esses pilares partem de elementos de entrada (suporte financeiro, políticas públicas integradas e esporte de participação) e vão se combinando até o elemento de saída: o EAR, como ilustra a Figura 2:

Figura 2 – Modelo do SPLISS. Modelo teórico dos nove pilares da estrutura esportiva que influenciam o sucesso internacional



Fonte: Meira et al. (2012), p. 53 (traduzido de DE BOSSCHER et al., 2009).

Os pilares sinalizados pelo SPLISS nos ajudam a entender o que é o EAR, dentro do fenômeno Esporte Contemporâneo: é uma das manifestações do esporte com grande poder de influência sobre as demais e igualmente dependente delas. Ao observamos os pilares, podemos destacar que o esporte de participação é uma base

<sup>2</sup> Cada pilar será mais bem explicado ao tratarmos do EAR no Brasil.

importante para o EAR: afinal, o número de atletas de elite é muito reduzido; de fato, ser um atleta de EAR não é para todos; no entanto, o suporte social para essa prática por meio dos atletas de participação a legitima (GALATTI et al., 2016a). Da mesma forma, o fomento à prática esportiva entre jovens atletas pode ter um valor educacional importante nessa etapa da vida (pilar 4), assim como na própria carreira e pós-carreira do atleta adulto (pilar 5); ou, ao tornarem-se atletas, homens e mulheres perdem sua humanidade? Ao contrário, o esporte (inclusive o de alto rendimento) pode ser um caminho para o pleno desenvolvimento humano?

Essa segunda possibilidade se mostra possível, desde que o programa esportivo que sustenta a prática do EAR tenha o desenvolvimento das pessoas envolvidas no processo como um pilar importante, além de políticas públicas que fomentem ações e as integrem. No Brasil, na última década, o EAR foi alvo de muito investimento financeiro, o que está relacionado ao período de 10 anos com intensa organização de megaeventos esportivos (Jogos Panamericanos 2007, Jogos Mundiais Militares 2011, Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, Jogos Olímpicos 2016 e Jogos Paralímpicos 2016), exigindo investimentos em infraestrutura esportiva para o alto rendimento, assim como em treinadores, atletas e demais recursos humanos e materiais necessários para a melhora de performance dos mesmos (ALMEIDA e JÚNIOR, 2011; MAZZEI et al., 2015). No entanto, parece que o desenvolvimento de recursos humanos não foi o foco do destino de recursos. A partir de fontes diversas e, sobretudo, de dados do Relatório de Pesquisa em Estados e Capitais Brasileiros (RPECB), organizado por Böhme e Bastos e apresentado em 2015 no II Simpósio Internacional sobre Políticas para o Esporte de Alto Rendimento, na sequência, apresentamos indicativos de como se situa o EAR no Brasil.

## 2. Segundo tempo: indicativos sobre o esporte de alto rendimento no Brasil

O modelo SPLISS é organizado nos nove pilares supracitados. Cada pilar é analisado a partir de indicadores, dos quais se desdobram fatores críticos de sucesso. Tendo essa estrutura de investigação por base, em cada país, são consultados documentos e dados oficiais disponíveis, assim como entrevistas com agentes do EAR, sendo possível adequar a análise aos dados e às fontes disponíveis em cada país (BÖHME e BASTOS, 2015).

A exemplo do que foi feito nos outros 14 países analisados pelo SPLISS, o levantamento no Brasil foi executado em duas partes: “Políticas para o Esporte de



Alto Rendimento” e “Clima/ambiente para o Esporte de Alto Rendimento”. A primeira tem base em documentos e levantamentos oficiais realizados nos municípios e estados, a segunda se sustenta fortemente em entrevistas com atletas, treinadores e dirigentes. No caso do SPLISS Brasil, pareceram-nos mais robustas as informações levantadas com 444 atletas brasileiros de EAR (43% de mulheres e 57% de homens), de 18 modalidades olímpicas (atletismo, canoagem, tiro esportivo, vela, taekwondo, luta olímpica, boxe, judô, voleibol, basquetebol, ciclismo, desportos aquáticos, tênis, triatlo, pentatlo moderno, ginástica, hipismo e remo). Mais da metade dos respondentes tem nível internacional, 21% eram atletas em tempo integral e 6% treinavam fora do país. Entre os respondentes, 39% treinavam no estado de São Paulo; 17%, no Rio de Janeiro, seguidos por Minas Gerais (8%), Paraná e Rio Grande do Sul (7% cada). Nessa amostra, 62% competiam pela região sudeste; 20%, pelo Sul; 12%, pelo Nordeste; 4%, pelo Centro-Oeste e 2%, pela região Norte.

Os atletas investigados têm 26 anos, em média, e a maioria completou o ensino médio ou tem superior incompleto. Praticaram sua modalidade esportiva pela primeira vez, em média, aos 14,2 anos e decidiram se dedicar à modalidade atual aos 17 anos, em média, números que reforçam que a especialização precoce não é o melhor caminho para o EAR. Dos atletas, 18% têm ensino superior completo e 40%, incompleto, evidenciando que o EAR nas modalidades olímpicas atrai/é mais acessível a pessoas de maior escolaridade que a média nacional, ou facilita para que essas pessoas tenham acesso ao ensino superior (o que pode ser explicado pela comum prática das bolsas de estudo para atletas em universidades e faculdades privadas). Participaram também 12 treinadores e 27 dirigentes esportivos (BÖHME, 2015). Pelo número reduzido de respondentes nessas categorias, pouco utilizaremos essas informações neste documento.

Curiosamente, as características dos 465 atletas olímpicos no Rio 2016 – amostra composta, é claro, somente por atletas de nível internacional – apresentam alguma semelhança com a amostra SPLISS, como a média de idade (27 anos) e a distribuição por sexo (55% de homens e 45% de mulheres). Dentre os 465 atletas, a maioria é da região Sudeste (63%), e houve a prevalência de entidades paulistas como espaço de treino de atletas de EAR (destaque para o Pinheiros, o BM&F Bovespa e o SESI-SP)<sup>3</sup>.

As dimensões continentais do Brasil já são, destarte, fator desafiador para propostas nesses moldes. A extensão territorial tem área total de 8.456.510 km<sup>2</sup> e

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/confira-os-numeros-da-delegacao-brasileira-nos-jogos-rio-2016>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

população de 193.946.886 pessoas, distribuídas em 5.565 municípios, agrupados em 26 estados e um distrito federal, que compõem 5 regiões geográficas, com intensas desigualdades, a começar pelo percentual de população e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano): 8% na região Norte (IDH 0,666), 27% na região Nordeste (IDH 0,662), 7% na região Centro-Oeste (IDH 0,748), 41% na região Sudeste (IDH 0,764) e 14% na região Sul (IDH 0,754)<sup>4</sup>. Adotando critérios de inclusão pautados na oferta do EAR, foram alvo do RPECB o Distrito Federal e os seguintes estados e suas capitais: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Amazonas. A região Sudeste, seguida pela região Sul, é a que concentra o EAR no Brasil, e a cidade de São Paulo se destaca como principal município em instalações, programas, atletas e competições de EAR (BÖHME, 2015).

Além disso, os dados sobre o EAR no país não são articulados, padronizados ou facilmente acessíveis. Sobre os indicadores financeiros do EAR, por exemplo, quase não há informações referentes ao financiamento esportivo entre 1940-2003, e, mesmo atualmente, em todos os setores, o desafio é grande, devido à não padronização de modelos de prestação de contas nos municípios e estados (DIAS e BASTOS, 2010; VERONEZ, 2005; BASTOS et al., 2015). Pesquisadores do SPLISS Brasil reforçam essa dificuldade ao longo dos nove pilares. Expostos os desafios e a estrutura do modelo SPLISS que sustenta o RPECB, informações sobre cada um deles serão tratadas, sendo acrescentadas de outras fontes complementares que auxiliem na descrição desse panorama.

Começamos com o suporte financeiro, para o qual há diferentes fontes de recurso na estrutura do EAR brasileiro: verbas públicas, arrecadação de impostos, loterias, empresas estatais e patrocínios. Bastos et al. (2015) analisam que há recurso financeiro suficiente no EAR, mas não foram encontrados indicativos de uma política para centralizá-lo, organizá-lo ou distribuí-lo. Em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, um relatório versou sobre o sistema esportivo e destacou a ausência de coordenação de ações e recursos no EAR, assim como a sobreposição dos mesmos, visto que cada entidade esportiva atua de forma independente (BRASIL, 2014). Esse quadro sugere que há dinheiro sendo investido no EAR brasileiro (ao menos nessa denominada década dos megaeventos esportivos no país), mas a eficácia interna de sua aplicação não pôde ser verificada.

Em nível estadual, foi constatado que os percentuais das despesas com o esporte em relação à despesa total de cada estado se situam abaixo de 0,1% em

<sup>4</sup> PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

todos os estados investigados. É dessa pequena fatia que são extraídos recursos para o EAR, não sendo verificado financiamento direto dos governos centrais para o desenvolvimento do esporte em federações, ligas e clubes esportivos, apenas algumas ações pontuais de cooperação ou convênio em poucos estados (BASTOS et al., 2015).

Sobre o tema do financiamento do Estado (e não dos estados, como na abordagem SPLISS), Bueno (2008) indica o financiamento estatal do esporte como determinante para o desenvolvimento do EAR no Brasil, ainda que de forma indireta. Argumenta que a legislação esportiva brasileira e suas políticas, desde 1941 (BRASIL, 1941), favorecem o EAR em detrimento de outras manifestações, como o esporte educacional e de participação. Para o autor, isso resultou em uma tendência ao financiamento do esporte por meio de estatais, como foi possível observar no último ciclo olímpico rumo ao Rio 2016: diversas confederações tinham patrocinadores dessa natureza, como Banco do Brasil, Correios e Petrobrás (por exemplo, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, a Confederação Brasileira de Voleibol, a Confederação Brasileira de Handebol, entre outros). Essa predominância de as poucas políticas públicas para o esporte no país se centrarem no EAR ganhou força entre os anos 1940 e 1970, sobretudo com as pretensões de governos militares em utilizar o esporte como propaganda política. A partir dos anos 1980, começaram movimentos em prol do esporte para todos, mas, mesmo com a legislação de 1993, que destacava a aplicação de recursos públicos preferencialmente no esporte educacional, é ainda no EAR que se centram os investimentos, com claro favorecimento ao futebol.

Facilidades governamentais aos clubes esportivos que promovem o futebol profissional são evidentes ao observamos a legislação esportiva do Brasil. Duas leis são emblemáticas, até pela sua nomenclatura: Lei Zico e Lei Pelé (BRASIL, 1993a; BRASIL, 1998); dois dos mais respeitados atletas de futebol da história do Brasil (possivelmente convidados ao cargo por essa característica, e não por formação como gestores) foram as autoridades governamentais máximas do esporte no país e legislaram em favor de sua modalidade, tendo suporte político no Congresso Nacional, o que constitui a chamada “bancada da bola” (BUENO, 2008). Não são poucas as controvérsias em torno da legislação que orienta a movimentação de recursos no futebol brasileiro, em especial quanto à responsabilização fiscal de clubes e seus dirigentes (como pretendia, com mais força, a Lei Zico, que não teve seu texto original aprovado por propor mudanças radicais nesses temas). Mais tarde, já com a Lei Pelé em andamento, controvérsias e suspeitas acerca das transações financeiras no futebol brasileiro – inclusive no seu órgão máximo, a Confederação



Brasileira de Futebol – culminaram com CPIs conduzidas pelo Governo Federal, como a CPI da Nike-CBF na Câmara dos Deputados, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades e ingerência no uso de recursos da CBF. A CPI se desenrolou durante oito meses no ano de 2000 e foi encerrada sem votação final e com disponibilização do relatório final na internet apenas por curto período de tempo (BUENO, 2008). Concomitantemente, foi instalada a CPI do Futebol no Senado, que se alimentou dos relatórios da CPI Nike-CBF e de novos escândalos na modalidade, sempre com a tentativa da “bancada da bola” de anular tais ações (a exemplo do que acontecia na Câmara dos Deputados). Essa CPI durou 14 meses, e 17 pessoas foram indiciadas. Esses episódios evidenciam a falta de clareza e a urgência de legislação e acompanhamento do futebol brasileiro, vistos os números que revelam a relevância política, econômica e social da modalidade como EAR no país.

Sobre a **organização e estrutura de políticas para o esporte**, no Brasil, as ações de governança e organização de políticas para o EAR são conduzidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pelo Ministério do Esporte (ME) (MEIRA et al., 2015). Cada entidade trabalha de forma isolada, sem diretrizes que a coordene, inclusive com ações que se sobrepõem. Por sinal, um problema central da gestão do EAR brasileiro indicado pelo SPLISS é a ausência de um órgão que coordene ações, propostas e diretrizes nacionais. O mesmo se observa em nível regional: em cada estado da federação, são as secretarias estaduais de esporte que o gerem; em todos os estados, observam-se federações estaduais de diferentes modalidades esportivas, mas sem ligação direta com as secretarias estaduais. Cada secretaria apresenta um secretário de esporte, que determina e gerencia a implementação de objetivos, metas e ações para o EAR. Nas nove secretarias investigadas pelo SPLISS, esse gestor é escolhido de acordo com a gestão partidária de cada estado, não havendo predativos sugeridos, pré-requisitos desejáveis ou qualquer ponto de balizamento de envergadura nacional que fomente tais escolhas. Essa é uma realidade que se observa também em nível micro e não governamental, como nos clubes esportivos, em que os presidentes e diretores de clube normalmente são pessoas de prestígio e reconhecimento social, muitas vezes sem nenhuma formação ou experiência que os subsidie na gestão de um clube esportivo (GALATTI et al., 2010).

Ainda sobre as secretarias de esporte, são estas que distribuem os recursos disponíveis para o EAR nos estados e municípios. Sobre o financiamento de atletas de elite, somente em dois estados foram identificadas políticas de financiamento, o que acontecia por meio de bolsas estaduais (MEIRA et al., 2015). Aspecto evidente foi a pouca e insuficiente participação do atleta na discussão e elaboração de



políticas para o esporte, assim como em avaliações pós-implementação de planos de políticas esportivas. Esse parece ser um traço no EAR brasileiro: pouco engajamento e participação de atletas, como também verificou Galatti et al. (2015).

Avançando para as instalações esportivas, Mazzei e Amaral (2015) as classificam como espaços naturais ou artificiais previamente preparados para garantir a prática esportiva. Quanto às instalações esportivas para o EAR, estas devem atender a especificações internacionais adequadas ao nível de desempenho dos atletas que as utilizam, podendo ser denominadas Centros de Treinamento. Nesse caso, devem atender às demandas de atletas e treinadores, como serviços esportivos e médicos, hotelaria, estrutura para vida social e cultural, facilidade de acesso e gestão própria (MAZZEI et al., 2012).

No Brasil, a estrutura organizacional esportiva – e, por extensão, a gestão das instalações esportivas – abrange três níveis de implantação, operacionalização e controle: municipal, estadual e federal. Ponto positivo do levantamento SPLISS é a presença de centros de treinamento em todos os estados investigados; no entanto, foi considerada insuficiente a estrutura humana atuando nesses espaços. Apesar dos investimentos nesse aspecto motivados pelos diferentes megaeventos que o país recebeu, Antonelli et al. (2016) revela que parecem ter sido feitos de forma emergencial e sem uma política de gestão desses espaços. A autora investigou nove centros de treinamento relacionados ao Plano Brasil Medalhas e também identificou problemas de gestão associados aos recursos humanos disponíveis, já que muitos gestores atuando nesses espaços não têm formação específica adequada e acumulam outras funções. Esse estudo identificou também falta de equipamentos de qualidade para o treinamento no nível de excelência, assim como carência de pesquisas científicas e de pareceria com instituições de pesquisa ou universidades. Outro aspecto alarmante, apenas o CT do Voleibol, em Saquarema, tem nas suas instalações um centro educacional para os atletas, reforçando a constatação de Nogueira e Santos (2015) da pouca preocupação com o suporte à formação do atleta durante sua carreira esportiva.

Em relação ao acesso a centros de treinamento, na pesquisa SPLISS, 68% dos atletas declararam não ter acesso a centros municipais; 78%, não ter acesso a centros estaduais e 63%, não ter acesso a centros nacionais para o EAR (MAZZEI e AMARAL, 2015). Questionados sobre onde realizam seus treinamentos, 70% dos atletas indicaram o clube, evidenciando esse espaço não governamental como o principal para prática do EAR. Assim, mostra-se insuficiente o acesso a serviços nos centros de treinamento no Brasil.



Quanto às competições nacionais e internacionais, Souza e Silva Junior (2015) investigaram a realização e a participação de atletas em competições ao longo da carreira, até as oportunidades de representar o país no EAR. A competição é fundamental no desenvolvimento e na formação dos atletas, sendo a essência na idade adulta, permitindo comparar desempenho e constituir a lógica de determinar o melhor índice/resultado/equipe/atleta, inerente ao EAR.

As competições locais, nacionais e internacionais devem apresentar uma qualidade de organização e ter um calendário regular, juntamente com um nível competitivo considerável. São base de critério de seleção de atletas de alto rendimento que formarão equipes nacionais (Balyi, 2001). Nesse sistema, é esperada a oportunidade de participação em competições internas ou nacionais, em que exista uma hierarquização, juntamente com as competições e os eventos internacionais, como campeonatos mundiais e jogos olímpicos.

No contexto interno, jogos abertos do interior, do estado ou jogos estudantis são as competições mais corriqueiras nos estados brasileiros, em modelos concentrados e não em temporadas (SOUZA e SILVA JUNIOR, 2015). Isso tende a ser negativo, pois reduz as oportunidades de vivenciar o ambiente competitivo e ter experiências esportivas nesse sentido, o que é fundamental para a formação do atleta de EAR (FRASER-THOMAS et al., 2010; GALATTI et al., 2015; GALATTI et al., 2016a). Na visão dos atletas que atenderam à investigação SPLISS, quanto à frequência e ao nível das competições para jovens, 38% dos atletas consideraram razoáveis no âmbito nacional e 28% consideraram baixos no estadual. Para 82% dos atletas, o número de eventos internacionais de alto rendimento é insuficiente no país; mas 76% deles consideram suficientes as oportunidades de participação em competições que ocorrem fora do país. Esse é ponto importante de ser cuidado no momento pós-olímpico, pela possível redução de recursos disponíveis.

Em determinadas modalidades, há mais oportunidades de competições internacionais do que no país; por vezes, há competição nacional, mas não estadual ou regional. Isso indica uma dificuldade de formação do atleta de EAR, que não tem a oportunidade de competições constantes no seu entorno, encarecendo e dificultando suas condições de formação esportiva. Observa-se, assim, a não conexão entre as diferentes competições nos variados âmbitos de oferta: as competições estaduais tendem a ser por modalidade e organizadas por federações ou associações; as escolares, as universitárias, os jogos regionais e os jogos abertos são promovidos pelo estado; e há ainda competições municipais (em menor escala). Federações, secretarias estaduais e secretarias municipais não têm relação ou comunicação, havendo poucas ações para o EAR. Este fica muito dependente das



competições federadas, de maior custo, influenciando diretamente no desenvolvimento do EAR (SOUZA e SILVA JUNIOR, 2015).

Por sua vez, Amaral e Bastos (2015) abordam as interações entre **ciência, inovação e o EAR**. No Brasil, foi um marco a consolidação dos cursos de pós-graduação a partir da década de 1970, com a formação de muitos mestres e doutores no exterior, agregando novas concepções à Educação Física brasileira. Pode-se destacar, em 1978, a formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Quanto ao EAR, o governo federal acenou com algumas possibilidades, mas sem continuidade, como a Rede Cenesp, criada em 1998 (Centro de Excelência Esportiva), e editais específicos, em 2006, pela Finep (Financiadora de Estudos e Projeto) do Ministério da Cultura. Diante dessas poucas iniciativas, é evidente a desconexão entre pesquisa/universidades e o EAR no Brasil, havendo pouco estímulo para pesquisas aplicadas e em rede, ainda que seja reconhecido o primordial papel das ciências do esporte no EAR (AMARAL e BASTOS, 2015). Esse cenário contribuiu para que os atletas participantes da pesquisa SPLISS, em sua maioria, avaliassem como baixa ou razoável a aplicabilidade da pesquisa, de novas tecnologias e da inovação em sua modalidade.

Podemos sugerir a urgência de mais pesquisas aplicadas ao EAR no Brasil: a pesquisa em esporte no país se centra na pós-graduação das universidades, que comumente não estão próximas dos espaços de prática do EAR, já que não parece haver interesse por parte dos governos em financiar essa área de pesquisa (AMARAL e BASTOS, 2015). O mesmo se observa em nível municipal, com ainda menor articulação entre municípios, clubes e universidade locais. A aproximação entre universidade e EAR é mais evidente no movimento paralímpico, que teve seu surgimento e desenvolvimento no Brasil dentro das universidades (MELLO e WINCKLER, 2012) e tem avançado em resultados internacionais no EAR: nos Jogos Rio 2016, apesar da oitava colocação final no quadro de medalhas (uma a menos em relação a Londres 2016), o número total de medalhas foi de 72, superando em muito a melhor marca histórica até então, de 47 medalhas em 2008. O Brasil se mantém entre os dez melhores em Jogos Paralímpicos desde esse ano, posição nunca alcançada pelo esporte olímpico. Portanto, aproximar a estrutura científica da realidade e contribuindo com o EAR é uma necessidade. Paralelamente, uma alternativa é o estabelecimento de centros privados de pesquisa; considerando o profissionalismo do EAR, esses espaços ainda deveriam ser mais frequentes, mas são poucos ainda, como o Núcleo de Alto Rendimento (NAR), em São Paulo, que vem atendendo diversas modalidades olímpicas, paralímpicas e outras, como MMA e futebol em geral.



Caminhamos agora para os pilares mais associados aos recursos humanos, os principais personagens do esporte: atletas e treinadores. O primeiro é o de participação e esporte de base. Dantas et al. (2015) analisaram o fomento à prática do esporte infantojuvenil, e sua gestão, no contexto escolar (curricular e extracurricular) e fora da escola (organizada ou não organizada), ou seja, na etapa que tende a coincidir com a escolarização básica compulsória (duração de 12 anos). Nesse período, a escola é o local por onde quase a totalidade das crianças passa e, portanto, pode ter algum contato com o esporte (respeitando a educação escolar, que engloba outros conteúdos para além do esporte e não se associa ao EAR). Outros espaços de destaque são os clubes e o terceiro setor, sendo acrescentadas as prefeituras municipais. De fato, locais para prática e o acesso aos mesmos são pontos-chave para o bom desenvolvimento do esporte de participação e de base (CÔTÉ et al., 2006; FRASER-THOMAS et al., 2010; CÔTÉ et al., 2010, REVERDITO et al., 2016).

Sobre os programas extracurriculares nas escolas, um empecilho importante é o funcionamento das escolas brasileiras em dois ou até três turnos, a fim de atender os cerca de 40 milhões de crianças e jovens de até 14 anos no país. Ainda que a escola seja o espaço que a imensa maioria das crianças brasileiras frequenta, há uma limitação de tempo disponível das instalações esportivas das escolas (além de muitas escolas não terem instalações desse tipo para diversidade de modalidades). Ainda assim, Dantas et al. (2015) destacam alguns programas ligados ao Ministério do Esporte que chegam aos diferentes estados e municípios: Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação, Programa Segundo Tempo na Escola e Programa de Formação Esportiva Escolar – Atleta na Escola. No entanto, é preciso verificar se esses programas se concentram em regiões onde já há alguma oferta esportiva ou se, de fato, chegam a localidades onde há carência de oportunidades: um estudo do Programa Segundo Tempo evidenciou que o programa é mais presente e efetivo nas regiões Sudeste e Sul, nas cidades maiores de 20 mil habitantes e com maior Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), ou seja, naquelas já com melhores recursos (REVERDITO et al., 2016).

Somam-se a esses as diferentes e controversas competições que compõem os chamados “jogos escolares”. Os problemas dessas competições estão ligados à seletividade sem outra opção de participação em competições escolares aos não escolhidos, à migração de crianças a determinadas escolas motivadas exclusivamente pela competição esportiva e ao modelo de competição que contribui limitadamente para o desenvolvimento da criança e do atleta em longo prazo. Quanto ao modelo, Dantas et al. (2015) observam a prevalência de competições pontuais e



concentradas, o que resulta em poucas oportunidades de vivenciar o ambiente competitivo com constância e potencializar as diferentes competências que a competição exige, o que é fundamental para o desenvolvimento de um futuro atleta de EAR (CÔTÉ et al. 2007), além de ela poder contribuir para o desenvolvimento humano da criança e do jovem, desde que pedagogicamente abordada (CÔTÉ et al., 2014; MACHADO et al., 2015).

Fora da escola, o clube é um espaço esportivo tradicional no nosso país, ainda hoje com relevância destacada, apesar de concorrer com novas agências na contemporaneidade: escolas privadas, condomínios, academias e sistema S [Serviço Social da Indústria (Sesi), do Comércio (Sesc), Serviço Nacional da Indústria (Senai) e do Comércio (Senac) e Organizações não Governamentais (ONGs)]. De acordo com o IBGE (2010), o Brasil possui 24.926 ONGs relacionadas ao esporte e à recreação. Se, inicialmente, as ONGs eram vistas como espaços exclusivos de esporte educacional ou de participação, hoje elas já podem ser observadas também como parte do percurso de desenvolvimento do atleta de EAR. Magri et al. (2015) observaram que 7% dos atletas que atuam no Novo Basquete Brasil tiveram sua primeira prática sistematizada no basquetebol em ONGs; esse número sobe para 14% entre os atletas da Liga de Desenvolvimento (LDB), com atletas de até 23 anos. A atleta Rafaela Silva, campeã olímpica no judô, teve sua iniciação, sua formação e seu desenvolvimento como atleta de EAR em uma ONG, o Instituto Reação, em combinação com subsídio importante de programas federais como o Bolsa Atleta, entre outros. Também o atleta de canoagem Isaquias Queiroz, primeiro brasileiro a conquistar três medalhas em uma única edição de Jogos Olímpicos, fez sua formação esportiva em projeto social, assim como o medalhista de bronze do taekwondo Maicon Andrade. Mais uma vez, não foram encontradas evidências de articulação entre as diferentes agências ligadas ao EAR, nesse caso para crianças e jovens.

Neste momento pós grandes eventos no Brasil, é um alerta a ausência de espaços para a entrada no esporte: treinadores e gestores têm observado aumento imediato na procura de crianças e jovens por diferentes modalidades esportivas devido aos Jogos Olímpicos Rio 2016, como relatado em Santa Catarina<sup>5</sup>, Amazonas<sup>6</sup> e São Paulo<sup>7</sup>. No entanto, isso pode não se refletir em aumento no número de praticantes, como já alertava Souza e Pappous (2013), especialmente

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://agenciaprefixo.com/2016/09/06/jogos-olimpicos-faz-crescer-procura-por-esportes-na-regiao/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.portaldomarcossantos.com.br/2016/09/08/procura/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.abcdmaior.com.br/materias/esportes/apos-rio-2016-aumenta-a-procura-por-esportes-olimpicos-no-abcd>>. Acesso em: 18 nov. 2016.



devido à ausência de onde praticar e se desenvolver na modalidade a partir desse interesse inicial em função de grandes eventos, o que está relacionado à ausência de políticas públicas efetivas de esporte de participação e educacional (BUENO, 2008; DANTAS et al., 2015).

Aspecto importante no Brasil é a manutenção dessas crianças e jovens no esporte, elemento fundamental em processos em longo prazo na formação de atletas de EAR, tema que o RPECB trata como identificação e desenvolvimento de talentos esportivos (BOJIKIAN e BÖHME, 2015). As autoras partem do pressuposto de que os primeiros anos de formação (entre seis e 10 anos de duração) são fundamentais para o desenvolvimento em longo prazo de um atleta de EAR. O ideal e desejável é uma primeira etapa de formação e iniciação generalizada, a partir da qual o adolescente/jovem seja identificado e se identifique com a modalidade de especialização e possa ser encaminhado para o processo de treinamento (CÔTÉ et al., 2006; BALYI, 2001). Tal processo, para ser bem-sucedido, roga por intensa conexão entre as agências governamentais e não governamentais promotoras do esporte, o que parece não acontecer no Brasil. Tão pouco são identificados programas em rede de esporte de participação, o que seria extremamente desejoso para avançarmos para além do modelo piramidal.

Em 2010, um ano após o Brasil ser selecionado como país sede dos Jogos Olímpicos, o Tribunal de Contas da União (TCU), em Relatórios Operacionais sobre o Esporte de Rendimento e o Sistema Esportivo no Brasil (BRASIL, 2010), identificou que o caminho para o país avançar na direção de ser uma potência olímpica deveria passar por investimentos na organização de um sistema de detecção, formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atletas. Ainda que muitos estudos associem o volume de praticantes nas primeiras categorias com bons resultados no EAR (BOJIKIAN e BÖHME, 2015), vale ressaltar que possuir uma base ampla de jovens envolvidos com esporte pode ou não estar associado com a quantidade de resultados obtidos por um país em competições internacionais. No Brasil, podemos ver exemplos de modalidades com amplo número de praticantes e sucesso internacional (o futebol é o exemplo mais claro, o judô é outro exemplo importante); por outro lado, o handebol é uma modalidade com número mais restrito de participantes, mas que, na categoria feminina, optou por inserir atletas em clubes na Europa e, com número muito reduzido de atletas de EAR, chegou ao campeonato mundial em 2013, entre outras colocações importantes em eventos internacionais<sup>8</sup>. Ainda que os dois

---

<sup>8</sup> No cenário do handebol, o número total de atletas federados que participam de competições estaduais e nacionais é de apenas 39.477 atletas, dos quais 16.098 são mulheres no handebol indoor (informações cedidas pela Confederação Brasileira de Handebol, via telefone). A conquista do mundial feminino na modalidade, em 2013, pode ser atribuída a uma preferência de exportação de jogadoras para Europa: naquele ano, a maioria das



caminhos possam levar a bons resultados, o primeiro tende a oferecer maior valor cultural às conquistas de equipes ou atletas de EAR.

Em qualquer caso, informação, orientação, suporte e apoio financeiro são essenciais para o desenvolvimento dos potenciais esportivos de jovens no esporte. No Brasil, Bojikian e Böhme (2015) reforçam a dependência deste último, visto que transporte, alimentação, equipamentos e vestuário adequado são dispendiosos. Nesse quesito, o levantamento SPLISS evidenciou ausência de programas das federações esportivas para desenvolvimento de talentos esportivos. A maioria dos atletas investigados indica ter recebido, nas primeiras etapas, serviços de apoio, bolsas de estudo, Bolsa Atleta ou patrocínios de forma satisfatória, assim como serviços fundamentais, como transporte e instalações para treinamento. Isso sugere que muitas crianças e jovens sem acesso a esses apoios não consigam dar continuidade ao processo de desenvolvimento no esporte no Brasil. Além disso, fortalece a ideia de uma posição de distribuição de recursos financeiros (sobretudo por meio de bolsas e benefícios) e não de uma política esportiva de desenvolvimento de jovens e talentos esportivos coordenada por órgão governamental ou não governamental. Pesquisa recente com 18 treinadores de EAR de natação e judô ilustra esse cenário: 77% deles não reconhecem uma diretriz nacional para desenvolvimento de talentos e 66% consideram que o desenvolvimento dos atletas fica a cargo de cada entidade esportiva, levando à conclusão de que recai sobre clubes, associações e entidades municipais a responsabilidade de formar jovens atletas (SILVA FILHO et al., 2016).

Ao longo de sua formação, considerando os diferentes apoios para a carreira esportiva, os atletas informaram que os receberam primeiramente na escola (por volta dos 13,5 anos), depois, dos clubes e ligas (15,9 e 16,2 anos, em média). Apoios vindos das federações e confederações foram recebidos somente entre 17 e 18 anos, em média; o que incita a tese de que as federações e confederações, principais interessadas em desenvolver atletas de EAR, pouco contribuem nas etapas iniciais. Declararam que o acesso a suporte técnico extra e serviços médicos variados e especializados foi insuficiente e poucos declararam ter recebido apoio educacional (17%) e orientação profissional (22%). Esse é ponto importante, a

---

atletas estava na Europa, e seis delas, jogando na mesma equipe que o treinador da seleção nacional, o dinamarquês Morten Soubak. Isso aconteceu por meio de um convênio realizado entre a CBHB e o Clube Hypo NÖ, da Áustria (UEZU, 2014). É inegável a importância de competir na Europa, continente que reúne as melhores equipes, atletas e mais fortes competições, o que elevou o nível tático-técnico das atletas brasileiras. No entanto, esse processo não veio acompanhado de ações que fortalecessem o handebol internamente no Brasil, fazendo falta uma política que garanta o acesso à modalidade e potencialize as competições internas, elevando a qualidade dos torneios desenvolvidos no país. Assim, além da possibilidade de maior volume de atletas brasileiras de alto nível no handebol, poderia se potencializar o número de praticantes de participação, espectadores e até consumidores da modalidade, tornando-a mais sustentável e independente (atualmente, essa modalidade está entre as que dependem diretamente de patrocínio de estatais nas seleções nacionais).



dificuldade de ser estudante e jovem atleta: 45% dos atletas revelam ter recebido algum tratamento especial no ensino fundamental e médio e 33% o tiveram no superior; somente 20% dos atletas atribuíram bom ou suficiente ao apoio geral recebido para conciliar as atividades esportivas e o EAR no ensino fundamental e superior, e 40%, no ensino médio. Esses números são alarmantes, visto que foi justamente nos primeiros anos de escolaridade que os atletas de EAR sentiram menor apoio e suporte para conciliar estudos e treinos. Isso pode estar fortemente associado com volumes altos de treinos já nessa faixa etária, como visto no futebol (DAMO, 2005), na ginástica (SCHIAVON et al., 2013) e na natação (FERREIRA e MORAES, 2012). Esse fato também evidencia pouca preocupação com o desenvolvimento geral de crianças e jovens considerados talentosos, assim como com o pós-carreira, visto que, na maioria das modalidades esportivas, mesmo que se chegue a ser um atleta de EAR profissional, essa é uma carreira normalmente de curta duração.

Nesse tema, cabe aprofundar a reflexão na modalidade futebol. No Brasil, temos aproximadamente 800 clubes de futebol, que oferecem entre 10 e 15 mil postos de trabalho para os futebolistas (DAMO, 2007). Entre todos os clubes de futebol, apenas 2,5% (20 clubes) detêm 90% da preferência dos torcedores e do potencial econômico da modalidade (DAMO, 2007). Em um cálculo estimado, considerando em média 26 jogadores por elenco, há apenas 520 postos de trabalho nas 20 equipes mais valorizadas do Brasil (SOARES et al., 2011). Dentre todos os atletas, cerca de 3% recebem salário mensal maior de R\$9.000,00. Dados divulgados pela CBF em 2009 indicam que na parcela de aproximadamente 13% recebe entre R\$1.000,00 e R\$9.000,00. E a grande maioria de 84% dos futebolistas profissionais do Brasil recebe até R\$1.000,00 por mês (SOARES et al., 2011). Esses números indicam que, na modalidade mais popular e mais almejada como carreira esportiva no Brasil, ao menos no sexo masculino, a realidade do atleta de alto rendimento é muito difícil: condições financeiras baixas, alojamentos em condições muitas vezes ruins ou mesmo precárias e afastamento de outras possibilidades educacionais na busca do profissionalismo, inclusive da escola. Tega (2014) indica que por volta de uma em cada 3 mil crianças que participam do esporte de base chegará a ser atleta de futebol. Mesmo diante desses números, o futebol é visto como uma oportunidade ímpar de ascensão social, sobretudo entre jovens das classes mais populares (GONZÁLEZ, BORGES e SFALCIN, 2016; MARQUES e SAMULSKI, 2009).

Sobre a escolaridade, diversos fatores estão associados à descontinuidade, que vão desde a origem carente com menor estímulo aos estudos de muitos dos garotos que buscam essa carreira até o formato ruim e a despreocupação dos clubes



com a educação formal de seus jovens atletas que vislumbram o EAR. Evidência está no formato do processo de treinamento de jovens da modalidade, que é muito próximo do atleta adulto: o tempo de treinamento e dedicação aos estudos desde atletas menores de 13 anos até daqueles com 20 anos se aproxima de 25 horas semanais de treinamento e as mesmas 25 horas semanais para a escola (somando frequência nas aulas e deslocamento). Podemos identificar dois problemas evidentes: (1) pensando na formação em longo prazo do atleta, esse volume nas primeiras idades em modalidades como o futebol não é indicado, pois tende a aproximar o jovem dos efeitos indesejados da especialização precoce e afastá-lo do caminho rumo ao EAR (CÔTÉ et al., 2007); e (2) a ausência de uma preocupação com um contexto de prática esportiva que favoreça o desenvolvimento do jovem também na escola, ampliando suas experiências de conhecimento e convivência, logo, de favorecer o desenvolvimento humano (GALATTI et al., 2016c). Reforçam esse cenário negativo ajudas de custo entre 200 e 400 dólares entre as categorias infantil e juniores, como evidenciado em pesquisa em clube brasileiro (DAMO, 2005), o que pode representar renda superior à dos familiares responsáveis pelo garoto, que tendem a incentivar mais a tentativa de ser jogador de futebol do que os estudos (RIAL, 2006).

Soares et al. (2011) apresentam números de exportação de 6.648 jogadores brasileiros em um período de seis anos. Alertam para a possibilidade de termos, no país, uma espécie de agências que recrutam jovens garotos, sobretudo de origem popular, para o mercado interno e externo do futebol. Estudos no contexto brasileiro indicam que a condição fomentada por tais agências leva a um processo com início por volta dos 12 anos de idade (sendo comum antes dessa idade), muitas vezes com residência em albergamento e com acúmulo, ao longo dos anos, de em torno de 5 mil a 6 mil horas de trabalho voltadas para preparação física e tático-técnica (DAMO, 2005; MELO, 2010). Nesse processo, família, clube e agenciadores compartilham o desejo de ver o jovem no mercado do futebol, em especial em uma transferência para o exterior (PAOLI, 2007).

Existem leis no Brasil que buscam proteger jovens até 16 anos do trabalho infantil no esporte, proibindo contratos até essa idade. Mas denunciam Soares et al. (2011) que os empresários do futebol (agenciadores) viabilizam facilidades aos pais (como emprego e residência) de modo que os filhos fiquem vinculados a clubes de seu interesse; ou mesmo assinam com o jovem contratos sem valor legal, mas de eficácia simbólica, como cunham os autores. Aliciar jovens antes dos 16 anos é uma tentativa de mantê-los sob controle até poderem assinar o primeiro contrato: a venda de jovens jogadores é receita importante para clubes grandes e, especialmente, para



os pequenos que se dedicam ao futebol de base, em especial pelo mecanismo criado pela FIFA em 2014 e denominado de “solidariedade”, quando o clube tem direito a porcentagem do valor do contrato do atleta vinculado a ele entre as idades de 16 e 23 anos. Esse é mais um agravante que conduz ao cenário de afastamento escolar, pois há uma exigência de dedicação ao futebol próxima a de um trabalho (ou tal qual), com obsessão por essa carreira, desinteresse pelos estudos ou cansaço que dificulta o aproveitamento nos estudos: logo, outros objetivos que não o EAR se tornam secundários para esses jovens (DAMO, 2005).

Essa realidade não é simples de alterar, visto o peso do negócio futebol inclusive na exportação brasileira: números de 2005 indicam que a venda de jogadores está entre os serviços de exportação mais representativos do país: chegou a cerca de US\$ 6 bilhões, representando até 40% das exportações brasileiras de serviços naquele ano, que foram de em torno de US\$ 16 bilhões (ALCANTARA, 2006, p. 299). Apesar dos poucos postos de trabalho com boa remuneração no futebol brasileiro e das incertezas e dos riscos de uma “exportação precoce”, a descrença em outras possibilidades de ascensão social, incluindo a escola, afasta esses jovens da educação formal. É bem possível que essas famílias desconheçam o fato de que, em média, menos de 1% dos aspirantes a jogador de futebol é selecionado nos testes ou “peneiras” para treinar em clube de futebol (TOLEDO, 2002). Ou, ainda que saibam, preferem alimentar o sonho de que o seu garoto será o próximo milionário do futebol, possibilidade tão pequena nesse esporte, mas aparentemente impossível em outras profissões para jovens provenientes das classes mais populares.

O processo de desenvolvimento de um atleta (inclusive o considerado talentoso) é complexo e envolve família, condições sociais adequadas, possibilidade de prática e continuidade. Os resultados evidenciados pelo SPLISS indicam que pouco é considerado sobre identificação e desenvolvimento de talentos esportivos no Brasil, sendo um dos pilares menos organizados nos estados e municípios investigados. A grande extensão territorial, a desigualdade entre regiões, estados e cidades e a desconexão das agências promotoras do esporte, mais uma vez, são considerados fatores que agravam essas circunstâncias. Alertam Bojikian e Böhme (2015) que são poucos os programas existentes e estes focam investimentos nos poucos atletas de EAR jovens, muitas vezes identificados ao acaso e com pouca participação da ciência, com ressalva a uma organização mais evidente no voleibol e no judô, que, de fato, vêm alcançando de forma prolongada resultados importantes em diferentes categorias e na categoria adulta no EAR. Por fim, cabe destacar que reduzido número de jovens que participam do esporte de base vai seguir como atleta de EAR, sendo fundamental considerar a iniciação e formação esportiva como um



processo educacional para convivência com o esporte em suas múltiplas possibilidades.

Avançando na carreira de EAR, o próximo pilar é o **suporte durante e pós-carreira esportiva**, englobando o apoio financeiro e de profissionais (NOGUEIRA e SANTOS, 2015). Sobre o suporte durante a carreira, o Bolsa Atleta é considerado o maior programa de incentivo ao EAR do governo, no qual o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), determina os critérios para a distribuição de bolsas considerando o desempenho esportivo dos atletas. Há seis diferentes categorias, quatro delas desde o início do programa, em 2005 (olímpica/paralímpica, internacional, nacional e estudantil), e duas criadas posteriormente (base e atleta-pódio/Brasil medalhas). Entre 2005 e 2016, foram distribuídas 50.714 bolsas nas diferentes categorias: 65,36% delas para atletas de modalidades olímpicas, 22,52% para modalidades paraolímpicas, 11,07% para não olímpicas, 0,30% para não paraolímpicas e 0,75% para modalidades de inverno (MEZZADRI, 2016). Quanto às categorias de bolsas, nestes 11 anos de programa, 31.362 foram cedidas na categoria nacional (61,84%); 12.234, na internacional (24,12%); 2.700, na estudantil (5,32%); 2.507, na olímpica (4,94%); 1.432, na base (2,82%) e 479, na categoria pódio (0,94%). Desse total, 60,24% das bolsas foram para atletas do sexo masculino e 39,76%, para atletas do sexo feminino (MEZZADRI, 2016).

O programa é mais um indicativo da ausência de ampla política esportiva de alto rendimento e, sim, da existência de um programa de distribuição de recursos, sem maior acompanhamento. Fica evidente que os recursos são em volume muito maior ao atleta de EAR em atuação do que àquele em formação: ou seja, a chance de o atleta ter algum suporte (ainda que apenas financeiro) é quando já manifestou algum nível de performance, ficando lacunas de como fomentar o atleta ainda em formação. Tal fator certamente é impeditivo para a continuidade de muitas carreiras, visto que os gastos, nos primeiros anos, são atendidos sobretudo pelos pais; e, em um país com tantas desigualdades sociais, é comum que as famílias não tenham essa condição. Outro fator determinante e problemático é a descontinuidade, visto que grande parte dos bolsistas teve o recurso por apenas um ano, o que é incipiente para um processo de formação em longo prazo (MEZZADRI, 2016).

Por outro lado, dada a carência de uma estrutura de suporte, esse tipo de subsídio tem se mostrado essencial para a manutenção de atletas de EAR na carreira, visto que, entre os investigados por Nogueira e Santos (2015), 48% dos atletas afirmam ter renda mensal bruta entre um a cinco salários mínimos, e 6% têm renda de até um salário mínimo. Outros 11% recebem entre cinco e 10 salários



mínimos, enquanto 20% recebem entre 10 e 30 salários. Dentre todos, 2% têm rendimentos de 30 a 50 salários mínimos, e somente 1% supera a renda em mais de 50 salários. Dos atletas, 82% afirmaram receber algum apoio financeiro, sendo 65% pelo Ministério do Esporte e 21% de clubes. Dos que recebem a Bolsa Atleta do ME, metade considera insuficiente esse suporte financeiro para bancar suas despesas com o EAR, e 34% alegam que é possível dedicar-se aos treinamentos em tempo parcial. Portanto, o programa Bolsa Atleta parece ser insuficiente em termos financeiros, mas muito importante para que o atleta se mantenha no EAR. Falta, ainda, orientação para a utilização desse recurso pessoal, que fica a total critério do atleta.

Outros serviços associados necessários ao atleta de EAR aparecem como insuficientes, assim como de questionável qualidade. No inventário SPLISS, os atletas informaram sobre o acesso e a qualidade de serviços em ciências do esporte, serviços de medicina esportiva e suporte durante a vida esportiva nos últimos 12 meses. Deles, 57% não tiveram suporte psicológico; 66%, de biomecânica e 68%, de fisiologia. Sobre serviços de medicina esportiva, metade não teve acesso a massagem, 58% não tiveram acesso a um médico do esporte e 37% não tiveram acesso a fisioterapia. No grupo Suporte durante a vida esportiva, a maioria não recebeu nenhum serviço de assessoria de imprensa (75%), assessoria de carreira (79%), nem assessoria jurídica e consultoria financeira (83%). Esses números podem ajudar a explicar a dependência desses atletas de bolsas e recursos governamentais, visto que não possuem formação ou suporte para organizarem suas carreiras a partir de investimento privado, por meio de patrocínios. Quanto à qualidade geral desses serviços, a maioria considera entre ruim e razoável: ruim (7%), insuficiente (33%), razoável (27%), bom (16%), suficiente (13%), não se aplica (4%).

Quanto ao pós-carreira, esse tema ganha força no mundo nos anos 2000, ao se observar a dificuldade de reajustamento de vida ao final da carreira esportiva, sendo ainda adultos jovens. Pesquisa com 379 ex-atletas brasileiros revela que 43,2% deles indicam que ter se dedicado ao EAR prejudicou sua preocupação com o próprio futuro, 74,7% consideram insuficiente o apoio para seu desenvolvimento pós-carreira e 78,3% consideram as perspectivas de uma carreira depois de ser atleta de EAR um problema grave (SANTOS et al., 2016). Logo, são necessários programas de suporte ao ex-atleta de EAR no país. O Comitê Olímpico Internacional lançou seu programa em 2005 e, até 2012, atuava em 30 países, tendo atendido mais de 11 mil atletas. No Brasil, de forma efetiva, foi identificado somente o programa Instituto Olímpico Brasileiro (IOB), do COB, que oferece suporte na transição de atleta para o pós-carreira. No entanto, o programa atende pouquíssimos



atletas. Lançado em 2009, somente duas edições foram realizadas até 2015, assessorando poucos atletas e que alcançaram relevante resultado no EAR. Não foram identificados programas sólidos de pós-carreira em nível estadual ou municipal (NOGUEIRA e SANTOS, 2015).

Em relação a **desenvolvimento e provisões para os treinadores esportivos**, Kaneta et al. (2015) alertam para a relevância e o papel fundamental desse agente em todo o processo de EAR. A qualidade e a organização do sistema de formação e certificação, ao lado das circunstâncias individuais de vida do treinador, são apontadas como elementos importantes, tal qual a capacidade de atrair os treinadores de mais sucesso.

No Brasil, o treinador esportivo está regulamentado como profissão, devendo ser graduado em Educação Física para atuar, à exceção do futebol, profissão previamente regulamentada (BRASIL, 1998b; BRASIL, 1993b). Dessa forma, para a maioria das modalidades, desde 1998, o treinador deve ter formação em ensino superior, o que prevê uma formação inicial na área de Educação Física. Se, por um lado, é um avanço a formação inicial dos treinadores, por outro lado, alerta para uma pobre cultura esportiva no Brasil: em geral, o número de treinadores com graduação em bacharelado em Educação Física/Ciências do Esporte tem sido suficiente para atender a demanda de praticantes; será que, se essa legislação se estendesse ao futebol, seria possível atender a demanda?

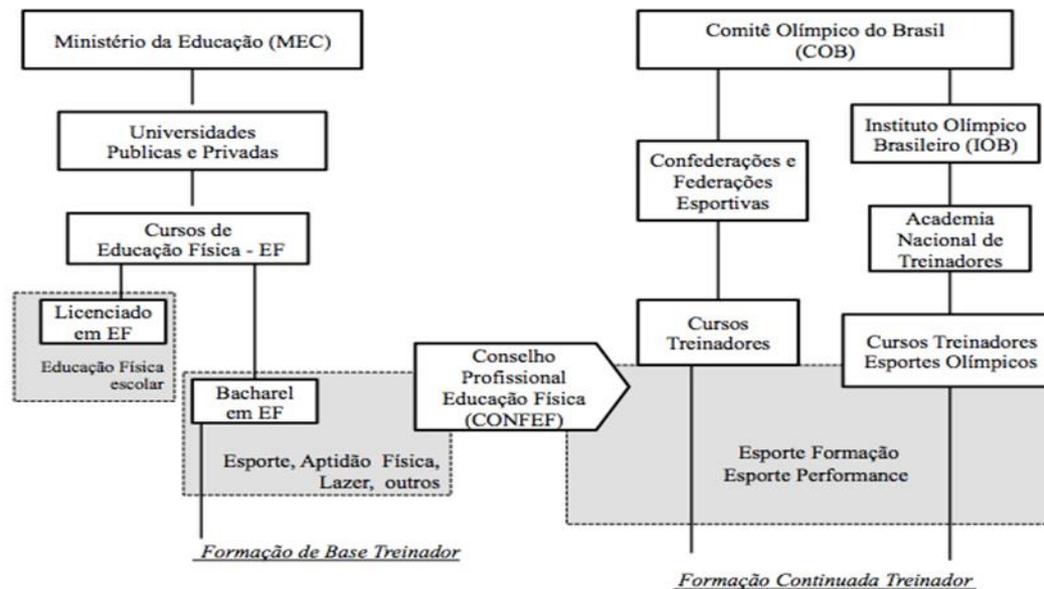
Por outro lado, especificamente no EAR, parece ser insuficiente a oferta de treinadores no mais alto nível no país, ao menos as confederações nacionais têm optado constantemente por treinadores estrangeiros para as seleções nacionais. O exemplo das modalidades coletivas é emblemático: considerando os 14 treinadores das equipes masculinas e femininas de basquetebol, futebol, handebol, hóquei na grama, polo aquático, rúgbi e voleibol, sete eram estrangeiros. Isso evidencia que as confederações nacionais não percebem competência nos treinadores nacionais para assumirem suas equipes na maior competição do calendário de sua modalidade. Outro aspecto alarmante é ausência de treinadores mulheres nesse grupo; no futebol, Emily Lima assumiu a seleção feminina após os Jogos, sendo a primeira mulher nesse posto.

Os currículos de Educação Física se mostram generalistas, adequados para a formação do treinador de participação, mas insuficientes para formar o treinador de EAR (MILISTETD et al., 2014). Dessa forma, a sugestão é associar um programa de formação inicial (universidade) com o desenvolvimento do treinador ao longo de sua carreira na modalidade, em formações fomentadas e promovidas pelas



confederações e federações de modalidades, o que é ainda pouco desenvolvido no Brasil (MILISTETD et al., 2016). Essa preocupação se mostra ainda mais urgente neste momento pós Rio 2016, em que há uma tendência de diminuição de gastos e de corte desses treinadores estrangeiros (que já começa a acontecer), diminuindo o fator financeiro para atrair esse tipo de recurso humano no EAR brasileiro. A Figura 3 evidencia a estrutura para educação do treinador no Brasil, sendo recomendado investigar como se dá a formação do treinador no lado esquerdo da figura e a necessidade de se potencializar (e, em muitas modalidades, iniciar) a educação do treinador via lado direito da figura.

Figura 3 – Estrutura para educação do treinador no Brasil



Fonte: Milistetd, 2015.

A respeito da educação do treinador, sabemos que, das 30 confederações nacionais de modalidades olímpicas de verão e inverno, 12 delas oferecem algum tipo de formação, além do programa do COB (MILISTETD et al., 2016). Em número insuficiente e sem uma estrutura que oriente esses cursos, Milistetd et al. (2016) indicam que estes são mais fundamentados em conteúdos profissionais, subaproveitando o conhecimento prévio e empírico desses treinadores já em atuação, além de pouco contemplarem estímulo aos conhecimentos interpessoais e intrapessoais do treinador, defendidos na literatura mais recente como diferenciais na sua intervenção (CÔTÉ e GILBERT, 2009). Outro ponto a potencializar é a

pesquisa científica na área de treinador no Brasil: são 82 artigos em revistas científicas nacionais entre 2000 e 2015. Ainda que crescente nos últimos anos, não conhecemos o suficiente e propomos pouco sobre educação e desenvolvimento do treinador esportivo, agente-chave na formação do atleta e que poderia potencializar o desenvolvimento humano dos mesmos (GALATTI et al., 2016b).

Avançando para resultados de análise feita pelo SPLISS sobre 15 países participantes nos Jogos Olímpicos, podemos ter alguma dimensão dos pontos fortes e frágeis do EAR brasileiro: o Brasil aparece entre os países com mais investimento financeiro no EAR, mas não há um claro plano ou uma liderança na coordenação das ações de gestão desse esporte. Os únicos pilares em que o país supera a média das nações investigadas são o 1 (suporte financeiro) e o 8 [participação e organização de competições (inter)nacionais], evidenciando que, ao menos nos últimos anos, investimentos e competições foram abundantes. No entanto, os pontos fracos do EAR no Brasil são o pilar 6 (instalações esportivas, em especial de treinamento, como evidencia estudo de Antonelli et al., 2016) e os pilares 4 e 7, respectivamente relacionados ao desenvolvimento de jovens atletas e de treinadores; soma-se a esses dois últimos a baixa pontuação do Brasil quanto à carreira e à pós-carreira dos atletas e quanto ao esporte de participação<sup>9</sup>. Com esse panorama, vemos pouco cuidado com os principais personagens do EAR: atletas (inclusive os jovens) e treinadores/treinadoras.

Logo, temos indicativos do muito a avançar em direção ao cuidado com o desenvolvimento humano a partir do EAR. Portanto, urge pensar melhores processos de gestão de pessoas nesse ambiente, assim como melhores processos pedagógicos que assumam o atleta como ser humano em desenvolvimento. O atleta e o EAR é o tema do próximo tópico.

### 3. Terceiro tempo: do atleta de alto rendimento e das perspectivas para o desenvolvimento humano

Devido à capacidade de adaptação a diferentes objetivos, contextos e necessidades, o esporte mantém destaque na sociedade contemporânea, sendo um fenômeno de massa que pode gerar problemas sociais importantes – violência entre torcidas, jogos de apostas ilegais, trabalho infantil, entre outros –, mas, também, por outro lado, ele se estabelece como potencial elemento de integração de pessoas de

<sup>9</sup> Informação enviada por equipe SPLISS para seu mailing de e-mails, sob o título “How did the 15 SPLISS 2.0 nations do in Rio?”, recebida em 31 ago. 2016.



diferentes classes econômicas, gêneros, idades e capacidades físicas, que podem se vincular ao esporte em seus múltiplos significados. Sem ignorar os fatores que podem conduzir a processos educacionais negativos via esporte, no momento pós Rio 2016, as reflexões acerca do esporte se acaloram no Brasil, sendo cenário oportuno para buscarmos potencializar os aspectos positivos do EAR.

Em geral, o esporte pode contribuir com o desenvolvimento do indivíduo, auxiliando na formação do cidadão e no aprimoramento de fatores relacionados ao bem-estar do praticante (CÔTÉ et al., 2010; SCAGLIA et al., 2014; GALATTI et al., 2016c). Em específico, o esporte de alto rendimento é praticado sob os regulamentos oficiais da modalidade em questão e potencializa a integração de atletas no âmbito nacional e internacional (BRASIL, 2013); ele estimula a busca constante por ser melhor, pela superação, por desafiar-se; em termos coletivos, traz o reconhecimento do valor de uma equipe (de treino ou competição), do reconhecimento do outro e do estabelecimento de metas comuns (COLLINS et al., 2015; HENRIKSEN et al., 2010).

Maior aproximação ou distanciamento com o fenômeno esporte é determinada pela qualidade e pelo significado dos valores que as experiências esportivas têm na vida das pessoas; em função disso, para manter as pessoas no esporte – elemento inicial para se chegar ao EAR –, muitos são os cuidados com o jovem praticante. Mas, apesar das evidências de possíveis benefícios pessoais inclusive a atletas de elite e excelência, parece que os mesmos cuidados de engajamento e manutenção não aparecem na idade adulta. No EAR, menos ainda, haja vista a relação de produto que a prática ganha nesse contexto.

Na literatura, são sugeridas diversas etapas para o desenvolvimento em longo prazo de atletas (CÔTÉ et al., 2008; DURAND-BUSH e SALMELA, 2002; FRASER-THOMAS et al., 2010; CÔTÉ e VIERIMAA, 2014; GALATTI et al., no prelo), sendo reforçada por esses autores a perspectiva de processo e formação, destacando os cuidados com crianças e atletas jovens. Diferentemente, ao tratar do adulto no EAR, ainda pouco se reflete sobre o desenvolvimento humano, como se a pessoa já estivesse formada (assim como sua maturação biológica) e o produto fruto da formação nas etapas anteriores – o atleta – agora não mais estivesse em processo de desenvolvimento humano.

Estudos sobre atletas de EAR tendem a versar mais sobre a carreira do atleta (CÔTÉ et al., 2005; CÔTÉ e VIERIMAA, 2014; DURAND-BUSH e SALMELA, 2002; GÜLLICH, 2014; GÜLLICH e EMRICH, 2014; PHILLIPS et al., 2010; STAMBULOVA et al., 2009). A carreira esportiva se relaciona às diferentes etapas e transições pelas quais o atleta passa ao longo de sua trajetória esportiva, em geral



relacionadas à formação, à especialização e à performance esportiva. A exemplo do sugerido pelo SPLISS, outros modelos já incluem o pós-carreira, que carrega a preocupação com o desenvolvimento da pessoa para além da prática do EAR (BALYI e HAMILTON, 2004; STAMBULOVA et al., 2009).

Com maior volume nos últimos 15 anos, os estudos acerca do desenvolvimento do atleta têm contribuído para melhor compreender esse personagem. Inicialmente, tratavam mais da descrição do processo de treino (BENELI et al., 2016; GALATTI et al., no prelo). Mas se percebeu que essas informações diziam pouco sobre o atleta, e, mais recentemente, estudos de natureza qualitativa tentam compreender outros aspectos da carreira e da pessoa no contexto esportivo (GÜLLICH, 2014; Phillips et al., 2010), como nos oito elementos que Durand-Bush e Salmela (2002) citam como componentes da agenda de investigação do tema: treinamento, intervenção do treinador, suporte familiar, prazer, recuperação, idade, atributos e habilidades psicológicas e habilidades inatas. No contexto sul-americano e no brasileiro em específico, ainda se investiga pouco o tema, sendo necessário recorrermos a mais informações de outros países para tratarmos do desenvolvimento do atleta de EAR (BRUNER et al., 2010; GALATTI et al., 2015).

Para Bruner et al. (2010), tais investigações são complexas, haja vista as contínuas mudanças de comportamento do atleta ao longo da vida e os diversos elementos que influenciam seu percurso pessoal e esportivo. São variadas as perspectivas dessas pesquisas: há estudos tratando de elementos do contexto específico de treino, como a adaptação individual aos desafios e o nível de satisfação, ou o ganho de experiência por meio do treinamento, da prática, de coaching e da competição (BAKER et al., 2003; CÔTÉ et al., 2008; HENRIKSEN et al., 2010); outros, de aspectos estruturais, como estrutura de treino e alimentação, acesso a centros de excelência e apoio financeiro (SILVA e FLEITH, 2010). Sobre o contexto esportivo e avançando para os relacionamentos do atleta dentro e fora do esporte, são destacados os treinadores e companheiros de equipe e a família (CÔTÉ, 1999; DURAND-BUSH e SALMELA, 2002; FERREIRA e MORAIS, 2012; HOLT e DUNN, 2004; MORGAN e GIACOBBI, 2006; PHILLIPS et al., 2010; SILVA e FLEITH, 2010). A mensagem em comum importante é a necessidade de um olhar complexo sobre o desenvolvimento do atleta rumo ao EAR.

Ainda no escopo da carreira esportiva, fatores motivadores de crescimento e desenvolvimento humano são as denominadas transições enfrentadas por atletas ao longo de suas carreiras, entendidas como momentos de crise, que podem tanto se constituir como barreiras para a continuidade no esporte ou serem momentos fundamentais e que fomentam imediatamente sua evolução como atleta



(WYLLEMAN et al., 2004; STAMBULOVA et al., 2009; GALATTI et al., no prelo). Na sequência do texto, observando o detalhamento das transições sugeridas pelos autores, é possível identificar que o processo de tornar-se atleta pode compactuar com o processo de desenvolvimento humano.

A primeira transição esportiva descrita é a passagem da fase de iniciação para o início da especialização: é necessário adaptar as exigências específicas da modalidade escolhida com a maior exigência de performance tático-técnica e enfrentar cobranças maiores acerca das competições, assim como o medo do fracasso. Para auxiliar nessa transição, é importante munir o jovem com mais conhecimentos específicos de seu esporte e estabelecer um ambiente favorável em que ele se sinta apoiado pelos demais envolvidos no processo, no sucesso ou fracasso, aprendendo a avaliar e conviver com esses momentos. Aprender a se autoconhecer e ter competência para gerir a convivência no ambiente de treino e competição são elementos essenciais e elementos propulsores de desenvolvimento. No futebol brasileiro, o acompanhamento de treinamentos e entrevistas com os treinadores de base de clube líder do ranking nacional de categorias de base evidenciou que os conteúdos tático-técnicos são claros no planejamento e na intervenção do treinador, mas que aqueles ligados a competências pessoais e interpessoais e habilidades para a vida ficam ainda sem condução explícita por parte do treinador (GALATTI et al., 2016c). Logo, é necessário investir nas competências de educador do treinador esportivo.

Avançando na carreira e chegando ao contexto do EAR, atletas passam a ter metas mais difíceis e menos flexíveis, que guiam seu processo de treino, sendo incorporadas novas e maiores cargas físicas, cargas psicológicas e pressões sociais. Além de cuidados no incremento dessa carga e na mediação das situações de crise (COLLINS et al., 2015), é recomendado o auxílio ao atleta para equilibrar a carreira esportiva com outras relações e outros ambientes de vida. Se muito jovem, escola, amigos e relacionamentos são importantes. Se adultos, e somando as passagens de atleta de base para adulto ou amador para profissional rumo ao ápice da carreira, o atleta tende a colocar todas as suas expectativas de vida em elevar os níveis de resultados, na vitória, em ser campeão e em fazê-lo bem; nesse momento, é comum a “coisificação do atleta” e o esquecimento de que ele continua sendo uma pessoa em desenvolvimento. O auxílio de psicólogos ou coachings tem sido crescente em outros países nesse momento, tanto pensando na carreira como na pessoa, especialmente por ser um momento de foco total no esporte e que, constantemente, resulta em uma mudança drástica de vida no pós-carreira (WYLLEMAN e LAVALLEE, 1999; STAMBULOVA et al., 2009). Os dados já apresentados neste



documento evidenciam que essa é carência entre os atletas brasileiros: serviços de acompanhamento de carreira e desenvolvimento pessoal são poucos, deixando esses jovens com imensas responsabilidades, mas pouco suporte. Uma consequência flagrante, sobretudo no futebol, é o abandono da escola ou o pouco interesse por ela, refletindo forte e negativamente no pós-carreira esportiva (GONZÁLEZ, BORGES e SFALCIN, 2016).

É justamente na transição do ápice para o fim da carreira esportiva que são recorrentes as crises mais intensas, na passagem de atleta para ex-atleta. (WYLLEMAN e LAVALLEE, 1999; STAMBULOVA et al., 2009). A queda nos resultados esportivos seguida da adaptação a um novo estilo de vida (muitas vezes, ainda jovem), agora no status de ex-atleta e em um papel social comumente menos reconhecido, tem resultado em uma crise também de desenvolvimento humano. É comum que muitos atletas mantenham-se em atividades ligadas ao esporte, pela forte ligação que sua própria vida passa a ter com o fenômeno (BALYI e HAMILTON, 2004). Os autores recomendam apoio social e de especialistas, assim com suporte nas tentativas em novas carreiras (como a ainda tímida ação do COB, assim como de comitês olímpicos nacionais e do COI). É possível que uma preocupação com o desenvolvimento humano dos atletas ao longo de sua vida esportiva possa diminuir os problemas pessoais e sociais enfrentados por essas pessoas no pós-carreira.

Em síntese, são inúmeros os desafios e as transições em uma carreira esportiva de EAR, e muito intensos. E esses desafios podem ser mediados no sentido não apenas de produzir um melhor atleta, mas de, paralelamente, favorecer um melhor desenvolvimento humano, em um processo complexo que integra inúmeros elementos. O desenvolvimento de competências que conduzem à excelência no esporte se dá a partir do sucesso na interação dos aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos em dois fatores fundamentais: processo de treinamento e ambiente (BAKER et al., 2003). Baker e Horton (2004), em específico, separam em influências primárias e secundárias aquelas exercidas ao longo da formação do atleta: as primárias são relacionadas diretamente ao desempenho, ou aos aspectos intrínsecos do desenvolvimento do atleta, como fatores genéticos, treinamento e aspectos psicológicos. Já as secundárias englobam fatores socioculturais, recursos instrucionais, fatores contextuais, suporte familiar, maturidade esportiva e aprofundamento na competição (BENELI et al., 2016).

Côté et al. (2014), por sua vez, buscam compreender a dinâmica do desenvolvimento humano no esporte a partir das relações dinâmicas entre o indivíduo e o contexto. Com base em Lerner (2002), observam reciprocidade de processos, estruturas e funções na busca de evidências sobre como os diferentes



sistemas interagem ao longo do tempo, influenciando o desenvolvimento do indivíduo. As teorias sistêmicas do desenvolvimento têm contribuído para explicar a participação e o desempenho no esporte, tendo o ambiente esportivo como um sistema que integra variáveis pessoais e sociais que interagem de forma única para fomentar o desenvolvimento. Esse estudo e outros de Côté e de diferentes colaboradores têm centrado esforços em entender essa dinâmica no esporte de crianças e jovens. No entanto, quando o jovem se torna um adulto atleta, deixa de ser um ser humano em desenvolvimento? Não! Ainda que a maioria dos praticantes não avance para atletas adultos de EAR, pesquisas já indicam a influência significativa de distintas variáveis pessoais, de relacionamento e do ambiente que interagem influenciando na participação, no desempenho e no desenvolvimento pessoal ao longo do tempo (HENRIKSEN et al., 2010; STRACHAN et al., 2011, GALATTI et al., 2016a).

A proposta de Côté et al. (2014) pode nos ajudar a vislumbrar um melhor desenvolvimento humano via EAR. Para que esse desenvolvimento seja positivo, indicam três importantes elementos dinâmicos para o desenvolvimento esportivo: o envolvimento pessoal nas atividades, a qualidade das relações e os cenários apropriados.

Quanto ao **envolvimento pessoal nas atividades**, ele tem relação com a motivação para a prática de esportes, que, no EAR, tem fatores intrínsecos (vindos do sujeito, como o desejo de vencer, de superar-se e o prazer pela prática) e extrínsecos (como prêmios por vitórias, salário e outros benefícios externos), sendo o nível de prática intenso (o atleta precisa desejar treinar mais e melhorar sempre). Se, nas etapas de formação do atleta de EAR, a prática diversificada e a não especialização precoce são indicadas para manter o nível de diversão e engajamento pessoal, atletas adultos têm por características motivação pela atividade e competitividade, com grande desejo de treinar e desenvolver-se; entre atletas de modalidades olímpicas, estudos revelam também senso ético no esporte e grande força mental, confiança em sua capacidade de bom desempenho e no merecimento de estar na elite do esporte (DURAND-BUSH e SALMELA, 2002; FEU et al., 2008; COLLINS et al., 2015; GALATTI et al., 2015). Certamente, esses são atributos pessoais que podem ter impacto positivo no desenvolvimento humano.

A **qualidade das relações** tem papel fundamental em todos os níveis de prática esportiva; no EAR, não é diferente: a importância do apoio dos pares aparece nos estudos de Baker et al. (2003), Holt e Dunn (2004), Ferreira e Moraes (2012) e Morgan e Giacobbi (2006). Especificamente, há indicativos de que a coesão do grupo é um fator fundamental para a performance em diferentes momentos da carreira, em



especial na conquista de resultados (DURANT-BUSH e SALMELA, 2002; GOULD et al., 2002; PASKEVICH et al., 2001). Em relação ao atleta jovem (e ainda é preciso avançar em estudos sobre atletas adultos), programas esportivos que consideram a qualidade das relações no esporte fomentam efeitos positivos nas características pessoais dos mesmos, favorecendo melhoria da performance, participação esportiva e desenvolvimento pessoal (CÔTÉ et al., 2014).

Nessa pauta, o treinador tem papel de grande relevância, já que, por vezes, ao lado dos companheiros de equipe/treino, é quem mais convive com o atleta, sendo destaque também no seu desenvolvimento pessoal. Côté et al. (2007) consideram que treinadores de EAR são aqueles que estimulam o talento e maximizam os níveis de desempenho de atletas aspirantes e de elite, sendo figuras de confiança e referência essenciais para o alcance de sucesso por parte dos atletas. Para Côté e Gilbert (2009), o treinador eficaz é aquele que aplica coerentemente o conhecimento profissional, interpessoal e intrapessoal de forma integrada para estimular, em seus atletas, competência, confiança, conexão e caráter em contextos específicos. No âmbito do EAR, cabe-nos a reflexão: a competência está associada a uma visão positiva de suas ações no esporte, a manifestar habilidades específicas, a competir e a desempenhá-las; confiança é compreendida como uma sensação positiva de autoestima no esporte; a conexão se liga a vínculos positivos com pessoas e instituições no esporte; já o caráter está associado ao respeito pelas regras, à integridade e à empatia com os demais.

A definição de eficácia acima destacada pode ser um caminho para a busca do desenvolvimento humano pelo esporte, já que não é apenas nos aspectos físicos, táticos e técnicos que o treinador intervém, mas também nas relações humanas e nas competências individuais; no entanto, fica o questionamento: estão os treinadores de EAR de fato preocupando-se com elementos como caráter, confiança, conexão e competência, tendo em vista o desempenho esportivo? E, ainda, estão se preocupando para além do desempenho, com o desenvolvimento humano mais amplo? Diante da relevância do treinador e da sua influência no desenvolvimento do atleta e da pessoa, avançam pesquisas em torno de comportamentos menos diretivos e mais empáticos do treinador. Quando o assunto é esporte, frequentemente a liderança dos treinadores é alvo de pesquisas, e já é sabido que os estilos de relação interpessoal do treinador têm influência naquilo que o atleta desenvolve (HORN, 2008). Pesquisas já trazem indicativos de que demonstrar cuidado e preocupação com os atletas, incluí-los nas tomadas de decisão, promover interação e debate e buscar conhecer os sentimentos individuais de cada atleta e suas perspectivas são atitudes de treinadores que colaboram com a estabilidade do



atleta e seu desenvolvimento pessoal (BECKER, 2013; MAGEAU e VALLERAND, 2003).

Também família e amigos têm papel de peso no desenvolvimento e na performance do atleta em diferentes aspectos, como apoio financeiro, estímulo para manter-se na prática e suporte emocional (GOLD, 1999; DURAND-BUSH e SALMELA, 2002). Galatti et al. (2015), em estudo com atletas brasileiras de basquetebol, identificou que, no EAR, a família pode tanto ser um auxílio como um elemento de forte pressão, visto que a atleta passa a ser o principal suporte financeiro de muitas famílias. No futebol, isso é ainda mais corriqueiro, inclusive desde as primeiras categorias (DAMO, 2005; 2007).

A partir dos diferentes personagens que compõem o cenário esportivo, Côté et al. (2014) sintetizam dois tipos centrais de apoio ao desenvolvimento a partir dos relacionamentos: (a) apoio social, relacionado à capacidade de perceber o apoio disponível e se apropriar dele para superar desafios e desenvolver a resiliência; e (b) emocional, que remete à competência de transformar o apoio desses personagens em maior sentimento de acolhimento, segurança e conforto.

O terceiro elemento é o contexto: o espaço de treino, o entorno e as condições que circundam o atleta resultam em oportunidades determinantes para a qualidade e a quantidade de prática esportiva, favorecendo o desenvolvimento humano adequado e favorável para a carreira esportiva em longo prazo (CÔTÉ et al., 2014). No contexto brasileiro, fator frágil já destacado é a relação atleta-escola. Além desse, pelo levantamento SPLISS, vemos que aí se centram as maiores deficiências de nosso sistema de EAR: ainda que tenhamos atletas com atributos pessoais positivos, o contexto não favorece o ótimo desenvolvimento do atleta. Portanto, reforçamos a necessidade de uma agência que integre políticas públicas de esporte no país.

As interações a partir desses três elementos dinâmicos - engajamento pessoal no esporte, qualidade das relações e contexto – proporcionam experiências esportivas específicas (ex.: jogos, treinos e atividades sociais), que, ao serem repetidas frequentemente ao longo do tempo (como em uma temporada esportiva), podem favorecer mudanças em valores pessoais dos participantes do contexto esportivo. No entanto, é importante cuidado na combinação dos elementos evidenciados, já que há riscos de diminuir as contribuições ao desenvolvimento do indivíduo quando um aspecto é privilegiado em detrimento de outros. Por exemplo, a busca pelo resultado em detrimento da consideração pelo atleta como ser humano é uma realidade no EAR.



Pelos números evidenciados no levantamento sobre o EAR no Brasil, ampliam-se as preocupações com o atleta, visto que foram demonstrados poucas políticas, poucos investimentos e pouco cuidado com os diferentes agentes do EAR: formação de atletas de base, apoio e suporte ao atleta de EAR e formação de treinadores (que lideram esse processo) são fragilidades evidentes que precisam ser observadas.

Nessa dinâmica, também com base na psicologia positiva, Csikszentmihalyi (2014) defende que o desenvolvimento pelo esporte é um caminho complexo e moldado por diferentes fatores ao longo do tempo. O ser humano está sempre em processo, aprendendo e adquirindo novas possibilidades a partir da interação de atributos biológicos e do ambiente, em processo consciente e constante de vir a ser. Isso não garante um desenvolvimento positivo, mas atribui à pessoa protagonismos em seu processo de desenvolvimento e responsabilidade pelo seu presente e futuro. Para o autor, “jogar oferece uma realidade alternativa na qual podemos nos sentir em harmonia com o mundo, e nos sentir mais livres que em qualquer momento da vida ‘real’” (CSIKSZENTMIHALYI, 2014, p. 6). Logo, atividades humanas ganham propósito, e é maior seu engajamento quando você faz as escolhas, para a atividade e dentro da atividade; e isso pode ser observado no esporte, porém, para ser realizado, é necessário voltar o foco ao atleta.

Diante do exposto, vem o questionamento: será que a forma como oferecemos o esporte em diferentes âmbitos busca estimular esse protagonismo? A ideia é como agregar mais cuidado com o desenvolvimento humano. Essa combinação, no contexto do EAR, passa por uma necessária mudança de paradigma sobre quem é esse atleta. Essa mudança está chegando aos métodos de treino, que avançam para a perspectiva da complexidade e ecologia do sistema do esporte e começam a romper com o paradigma reducionista de repetição de gestos-padrão (GALATTI et al., 2014). A aplicação consciente de metodologias de treino de abordagem interacionista passa pela compreensão de que o rendimento esportivo emerge da interação do atleta com o ambiente esportivo, pela mediação de treinadores e outros personagens, e pode contribuir para evocar uma compreensão humana do atleta. E há muito a caminhar nesse sentido.

#### 4. Prorrogação: encerrando o jogo

Ao longo das últimas duas décadas, houve um avanço na compreensão do esporte fenômeno, na observação de seus significados e na percepção ampliada de



seu potencial social e educacional. Um acúmulo significativo de conhecimento produzido em diferentes áreas do conhecimento sobre o EAR tem se proliferado, mas ainda olhando mais para o rendimento do que para o atleta (inclusive em estudos sobre a carreira esportiva). Dessa forma, este documento convida pesquisadores e práticos a olharem para o potencial humano do EAR.

Para tal, no primeiro tempo deste texto, caracterizamos o EAR. Já no segundo tempo, ficou evidente que há lacunas importantes no desenvolvimento de recursos do EAR, tais quais:

- Faltam programas específicos de educação de treinadores, uma vez que a graduação é generalista e as federações/confederações, em sua maioria, não assumem esse papel. Além disso, as formações oferecidas tendem a ser desconectadas e centradas em conteúdo profissional, aproveitando pouco a experiência dos treinadores e não estimulando a reflexão sobre a prática.
- O EAR não deveria estar desconectado de outras manifestações esportivas, uma vez que os denominados esporte de participação e educacionais são o primeiro contato com o esporte de um futuro atleta de EAR, ao mesmo tempo em que o EAR é elemento que pode atrair novos praticantes em outros significados do esporte. É necessário pensar em programas e políticas que integrem entidades e programas esportivos, buscando favorecer um fluxo de convivência com o esporte em suas múltiplas possibilidades. Nessa perspectiva, um grande volume de praticantes não é visto apenas como base para uma pirâmide de EAR, mas como uma prática socialmente reconhecida e de valor cultural, que, inclusive, favorece novos praticantes, espectadores e dirigentes mais preparados para lidar com esse esporte. Logo, o esporte de base deveria ser base para a prática tanto de participação quanto de rendimento, sendo urgente planejar e praticar políticas que garantam o desenvolvimento pleno de crianças e jovens atletas, sobretudo nos clubes que visam formar atletas de EAR e, em especial, no futebol, pelo volume e alcance.
- O atleta de EAR no Brasil convive, em geral, com carência de recursos de diferentes naturezas e não tem uma estrutura organizada que sustente sua prática. Logo, resultados expressivos tendem a ser fruto de ações isoladas de clubes e entidades, e não de um programa ou de políticas com essa intenção. Neste recente momento pós Jogos Olímpicos no Brasil, em especial a esse grupo, foi verificada grande

aplicação de recursos em Bolsas Atleta e intercâmbio internacional, mas há dúvidas se esse quadro se sustentará a partir daqui. No EAR em geral, incluindo o futebol, diferentemente do imaginário social, as condições financeiras da grande maioria dos atletas são precárias, a preocupação com seu desenvolvimento pessoal é quase nenhuma e a possibilidade de dificuldades de reajuste de vida no pós-carreira é grande.

Os limites destacados reforçam a necessidade de ampliar a investigação e a intervenção e de futuras direções potencializando os atributos pessoais, desenhando melhores ambientes e investindo em relações humanas capazes de fomentar o desejado desenvolvimento humano. Logo, chegamos ao nosso terceiro tempo e apresentamos literatura que pode trazer algumas luzes para considerarmos possibilidades de potencializar o desenvolvimento humano de atletas de EAR.

Encerramos o jogo. A partir da análise aqui desenhada, juntamente com outras propostas que compõem este relatório, novas estratégias podem ser esquematizadas para investigar e agir em direção à melhoria do EAR no Brasil e das pessoas ali envolvidas. Passo inicial é trazer o atleta para o centro do processo, podendo também o esporte de alto rendimento estar entre as manifestações que fomentam o desenvolvimento humano daqueles que com ele se relacionam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, H. **A magia do futebol**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, pp. 297-313, mai./ago. 2006.

ALMEIDA, B. S.; JÚNIOR, W. M. **Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, n. 1, pp. 163-179, 2011.

AMARAL, C. M. S.; BASTOS, F. C. **Pilar 9 – Pesquisa Científica e Inovação**. In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 162-177.

ANTONELLI, Mariana et al. **Diagnóstico dos centros de treinamento de alto rendimento do Brasil cujas modalidades atendidas têm expectativa de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos de 2016**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BAKER, J. et al. **Learning from the experts: Practice activities of expert decision makers in sport**. Research quarterly for exercise and sport, v. 74, n. 3, pp. 342-347, 2003.

BAKER, J.; HORTON, S. **A review of primary and secondary influences on sport expertise**. High ability studies, v. 15, n. 2, pp. 211-228, 2004.

BALYI, I. **Sport system building and long-term athlete development in British**. Sport BC, 2001.

BALYI, I; HAMILTON, A. **Long-term athlete development: Trainability in childhood and adolescence. Windows of opportunity. Optimal trainability**. National Coaching Institute British Columbia & Advanced Training and Performance Ltd, Victoria, v. 194, 2004.

BASTOS, F. C. et al. **Pilar 1: suporte financeiro**. In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 28-38.

BECKER, A. J. **Quality coaching behaviours**. In: POTRAC, P.; GILBERT, W.; DENISON, J.; editores. Routledge Handbook of Coaching. Oxon: Routledge, 2013, pp. 184-195.

BENELI, L. M. et al. **Socio-sportive characteristics analysis of athletes of Brazilian national women basketball team**. Huelva, 2016.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **La construcción Social de la Realidad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1994.

BETTEGA, O. B. **Processo de ensino-treino nas categorias de base de um clube de elite do futebol brasileiro [dissertação de mestrado em Educação Física]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.



BÖHME, M. T. S. **Análise das políticas e do clima/ambiente para o esporte de alto rendimento nos diferentes níveis de organização governamental e não governamental brasileiros.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 12-27.

BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. **Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros.** São Paulo, 2015.

BOJIKIAN, L. P.; BÖHME, M. T. S. **Pilar 4 – Identificação e desenvolvimento de talentos esportivos.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 77-96.

BRASIL, 1941. Decreto lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. 1941. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 981 de 11 de novembro de 1993a. Brasília, 11 nov. 1993a. Regulamenta a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui Normas Gerais sobre Desportos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1990-1994/D0981.htm >. Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.650 de 20 de abril de 1993. Brasília, 22 abr. 1993b. Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1989\_1994/L8650.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Brasília, 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.696 de 1º de setembro de 1998. Brasília, 1º set. 1998b. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

\_\_\_\_\_, TCU. **Relatório de Auditoria Operacional:** Esporte de Alto Rendimento. Brasília: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo; 2010. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.984 de 8 de abril de 2013. Brasília, 8 abr. 2013. Regulamenta a Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Levantamento de Auditoria:** Sistema Nacional do Desporto. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/larissa.galatti/Downloads/idSisdoc\_9126694v12-60%20-%20VOTO-MIN-AN-2015-7-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRUNER, M. W. et al. **An appraisal of athlete development models through citation network analysis.** Psychology of Sport and Exercise, v. 11, n. 2, pp. 133-139, 2010.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento [tese de doutorado].** 2008.



CIAMPOLINI, V. et al. **Benefícios Psicossociais do Treinamento Esportivo em Tênis em Cadeira de Rodas**. ConScientiae Saúde, vol.13, suplemento “I Simpósio Paradesportivo Paulista”, pp. 119-122, 2014.

COAKLEY, Jay. **Sport in Society: issues and controvesies**. Estados Unidos: WCB/McGraw Hill, 1998.

COB – Comitê Olímpico Brasileiro. s.d. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/o-olimpismo>>. Acesso em: 26 out. 2016.

COLLINS, D. et al. **Super champions, champions, and almos: Important differences and commonalities on the rocky road**. Frontiers in psychology, v. 6, 2015.

CÔTÉ, J. et al. **The influence of the family in the development of talent in sport**. The sport psychologist, v. 13, n. 4, pp. 395-417, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tracing the development of athletes using retrospective interview methods: A proposed interview and validation procedure for reported information**. Journal of applied sport psychology, v. 17, n. 1, pp. 1-19, 2005.

\_\_\_\_\_. **When “where” is more important than “when”: Birthplace and birthdate effects on the achievement of sporting expertise**. Journal of sports sciences, v. 24, n. 10, pp. 1065-1073, 2006.

\_\_\_\_\_. **Practice and play in the development of sport expertise**. Handbook of sport psychology, v. 3, pp. 184-202, 2007.

\_\_\_\_\_. **Towards a definition of excellence in sport coaching**. International journal of coaching science, v. 1, n. 1, pp. 3-17, 2007.

\_\_\_\_\_. **Participation, personal development and performance through youth sport**. Positive youth development through sport, pp. 34-45, 2008.

\_\_\_\_\_. **Athlete development and coaching**. Sports coaching: Professionalisation and practice, pp. 63-84, 2010.

\_\_\_\_\_. **The dynamic process of development through sport/Dinamicni proces razvoja prek sporta**. Kinesiologia Slovenica, v. 20, n. 3, pp. 14, 2014.

CÔTÉ, J; FRASER-THOMAS, J. **Youth involvement in sport**. Sport psychology: A Canadian perspective, pp. 270-298, 2007.

CÔTÉ, J.; GILBERT, W. **An integrative definition of coaching effectiveness and expertise**. International Journal of Sports Science & Coaching, v. 4, n. 3, pp. 307-323, 2009.

CÔTÉ, J.; HANCOCK, D. J. **Evidence-based policies for youth sport programmes**. International Journal of Sport Policy and Politics, pp. 1-15, 2014.

CÔTÉ, J.; VIERIMAA, M. **The developmental model of sport participation: 15 years after its first conceptualization**. Science & Sports, v. 29, pp. S63-S69, 2014.



CSIKSZENTMIHALYI, M. **Towards a fully functioning humanity.** In: GOMES, R. et al. Positive human functioning from a multidimensional perspective. Porto, 2014, pp. 3-11.

CUNHA et al. **Basquetebol Brasileiro: perfil dos atletas que atuam na NBB.** In: Anais do VIII Congresso Iberoamericano de Baloncesto. Huelva, 2016.

DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França [tese de doutorado em Antropologia Social].** Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 435f.

DAMO, A. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França.** São Paulo: Hucitec, 2007.

DANTAS, L. E. P. B. T. et al. **Pilar 3 – Participação e esporte de base.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 56-76.

DE BOSSCHER, V. et al. **A conceptual framework for analyzing sports policy factors leading to international sporting success.** European sport management quarterly, v. 6, n. 2, pp. 185-215, 2006.

DIAS, H. P.; BASTOS, F. C. **Analysis of the Brazilian sports incentive program.** Sport stad okonomik: sport and urban economics, 2010.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Difusão Editorial, 1992.

DURAND-BUSH, N.; SALMELA, J. H. **The development and maintenance of expert athletic performance: Perceptions of world and Olympic champions.** Journal of applied sport psychology, v. 14, n. 3, pp. 154-171, 2002.

FERREIRA, R. M.; MORAES, L. C. **Influência da família na primeira fase de desenvolvimento da carreira de nadadores medalhistas olímpicos brasileiros.** Motricidade, v. 8, n. 2, pp. 42-51, 2012.

FEU, S. M. et al. **Evolució de les jugadores a les seleccions espanyoles de bàsquet.** Apunts. Educació física y esports, v. 3, n. 93, pp. 71-78, 2008.

FRASER-THOMAS, J. et al. **Community size in youth sport settings: Examining developmental assets and sport withdrawal.** Revue phénEPS/PHEnex Journal, v. 2, n. 2, 2010.

GALATTI, L. R. **Pedagogia do esporte: o livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos.** 2006.

GALATTI, Larissa Rafaela et al. **Determinantes de excelência no basquetebol feminino: as conquistas da seleção Brasileira na perspectiva das atletas.** Journal of Physical Education, v. 26, n. 4, pp. 621-632, 2015.

GALATTI, L. R. et al. **Esporte e Clube Sócio-esportivo: percurso, contextos e perspectivas a partir de estudo de caso em clube esportivo espanhol [tese de doutorado].** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.



\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Esporte: tensão na ciência e o ensino dos Jogos Esportivos Coletivos.** Revista da Educação Física/UEM, v. 25, n. 1, pp. 153-162, 2014.

\_\_\_\_\_. **Fostering Elite Athlete Development and Recreational Sport Participation: a Successful Club Environment.** Motricidade, 2016a, in press.

\_\_\_\_\_. **Coaching in Brazil Sport Coaching as a Profession in Brazil: An Analysis of the Coaching Literature in Brazil From 2000-2015.** International Sport Coaching Journal, v. 3, n. 3, pp. 316-331, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Coaches' perceptions of youth players' development in a professional soccer club in Brazil: paradoxes between the game and those who play.** Sports Coaching Review, v. 5, n. 2, pp. 174-185, 2016c.

\_\_\_\_\_. **Atletas de Elite: aspectos relevantes na formação em longo prazo.** In: GALATTI, L. R. et al. *Pedagogia do Esporte: Desenvolvimento de treinadores e atletas.* Campinas: Editora da Unicamp, no prelo.

GOELLNER, S. V. **Locais da memória: histórias do esporte moderno.** Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 79-86, jul./dez., 2005.

GONZÁLEZ, F. J.; BORGES, R. M.; SFALCIN, Alexandre. **O sonho acabou! Abandono da carreira esportiva de atletas profissionais de futebol.** Revista Corpoconsciência, v. 19, n. 1, pp. 11-21, 2016.

GOULD et al. **Psychological characteristics and their development in Olympic champions.** Journal of applied sport psychology, v. 14, n. 3, pp. 172-204, 2002.

GOULD, D et al. **Factors affecting Olympic performance: Perceptions of athletes and coaches from more and less successful teams.** The Sport Psychologist, v. 13, n. 4, pp. 371-394, 1999.

GÜLLICH, A. **Many roads lead to Rome—Developmental paths to Olympic gold in men's field hockey.** European journal of sport science, v. 14, n. 8, pp. 763-771, 2014.

GÜLLICH, A.; EMRICH, E. **Considering long-term sustainability in the development of world class success.** European Journal of Sport Science, v. 14, n. sup. 1, pp. S383-S397, 2014.

GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports.** Nova York: Columbia, University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. **The Olympics: a history of the Modern Games.** 2ª edição. Illinois: Universtiy of Illinois Press, 2002.

HENRIKSEN, K. et al. **Holistic approach to athletic talent development environments: A successful sailing milieu.** Psychology of Sport and Exercise, v. 11, n. 3, pp. 212-222, 2010.

HOLT, N. L.; DUNN, J. G. H. **Toward a grounded theory of the psychosocial competencies and environmental conditions associated with soccer success.** Journal of Applied Sport Psychology, v. 16, n. 3, pp. 199-219, 2004.



HORN, T. S. **Coaching effectiveness in the sport domain.** Advances in sport psychology, v. 3, pp. 239-267, 2008.

IBGE. **As fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2010.** 2010.

IOC. **The Athlete's Kit.** 2014. Disponível em: <<http://www.olympic.org/athleteskit>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.olympic.org/about-ioc-institution>>. Acesso em: 13 out. 2016.

KANETA, C. N. et al. **Pilar 7 – Desenvolvimento e provisões para os técnicos.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 129-146.

LERNER, Richard M. **Concepts and theories of human development.** 3ª edição. Mahwah: Erlbaum, 2002.

MACHADO, G. V. et al. **Pedagogia do esporte e projetos sociais:** interlocuções sobre a prática pedagógica. Movimento, v. 21, n. 2, pp. 405-418, 2015.

MAGRI, A. et al. **Local de Início de Prática do Basquetebol:** existem diferenças entre atletas da NBB e da LBD? In: Anais do VCIJD. Belo Horizonte, 2015, pp. 508-512.

MARQUES, R. F. R. **O conceito de esporte como fenômeno globalizado:** pluralidade e controvérsias. Revista Observatorio del Deporte, v. 1, pp. 147-185, 2015.

MARQUES, R. F. R. et al. **Esporte olímpico e paraolímpico:** coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (impresa), v. 23, pp. 365-377, 2009.

MARQUES, M. P.; SAMULSKI, D. M. **Análise da carreira esportiva de jovens atletas de futebol na transição da fase amadora para a fase profissional:** escolaridade, iniciação, contexto sócio-familiar e planejamento da carreira. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 23, n. 2, pp. 103-19, abr./jun. 2009.

MAZZEI, L. C. et al. **Centros de Treinamento Esportivo para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil:** um estudo preliminar. Revista Mineira de Educação Física, ed. esp. 1, pp. 1575-1584, 2012.

MAZZEI, L. C.; AMARAL, C. M. S. **Pilar 6 – Instalações Esportivas.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 112-128.

MAZZEI, Leandro Carlos et al. **High performance sport in Brazil.** Gestión y Política Pública, v. 24, 2015.

MAGEAU, Geneviève A.; VALLERAND, Robert J. **The coach-athlete relationship:** A motivational model. Journal of sports science, v. 21, n. 11, pp. 883-904, 2003.



MEIRA, T. B. et al. **Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 26, n. 2, pp. 251-262, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pilar 2: organização e estrutura de políticas para o esporte – uma abordagem integrada das políticas de desenvolvimento.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 39-55.

MELLO, M. T. de; WINCKLER, C. **Esporte paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012.

MELO, L. B. S. **Formação e escolarização de jogadores de futebol no Estado do Rio de Janeiro [dissertação de mestrado em Educação Física].** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2010, 72f.

MEZZADRI, F. M.; organizador. **Inteligência Esportiva.** Curitiba, 2016.

MILISTETD, M. et al. **Coaching and Coach Education in Brazil.** International Sport Coaching Journal, vol. 1, n. 1, pp. 165-172, 2014.

MILISTETD, M. et al. **Coaches' development in Brazil: structure of sports organizational programmes.** Sports Coaching Review, v. 5, n. 2, pp. 138-152, 2016.

MILISTETD, M. **A aprendizagem profissional de treinadores esportivos: análise das estratégias de formação inicial em educação física [tese de doutorado em Educação Física].** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MAGEAU, G. A.; VALLERAND, R. J. **The coach-athlete relationship: A motivational model.** Journal of sports science, v. 21, n. 11, pp. 883-904, 2003.

MORGAN, T. K.; GIACOBBI, P. R. **Toward two grounded theories of the talent development and social support process of highly successful collegiate athletes.** Sport Psychologist, v. 20, n. 3, pp. 295, 2006.

NOGUEIRA, M. D. G. R.; SANTOS, A. L. P. **Pilar 5 – Suporte durante e pós-carreira esportiva.** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 96-111.

ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Esporte é opção inteligente para o desenvolvimento igualitário.** 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-praticas-esportivas-sao-opcoes-inteligentes-para-o-desenvolvimento-igualitario/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PAES, R. **Pedagogia do esporte: ensino, vivência e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos.** In: Libro de Atas en CD-ROM del II Congreso Internacional de Deportes de Equipo. Coruña: Universidade da Coruña (UDC), 2009, s.p.

PAOLI, P. B. **Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos [tese de doutorado em Educação Física].** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2007, 178f.

PASKEVICH, D. M. et al. **Group cohesion in sport and exercise.** Handbook of sport psychology, v. 2, pp. 472-494, 2001.



PHILLIPS, E. et al. **Expert performance in sport and the dynamics of talent development.** Sports Medicine, v. 40, n. 4, pp. 271-283, 2010.

REVERDITO, Riller Silva et al. **O Programa Segundo Tempo (PST) em municípios brasileiros:** indicadores de resultado no macrosistema. Journal of Physical Education, v. 27, n. 1, 2016.

RIAL, C. S. **Futebolistas brasileiros na Espanha:** emigrantes porém... Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, Madrid, v. 61, n. 2, pp. 163-190, jul./dez. 2006.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Álvaro. **El Deporte en la Construcción del Espacio Social.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2008.

SANTOS, A. L. P. et al. **Elite athletes' perception of retirement support systems.** 2016.

SCAGLIA, A. J. **O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés:** todos semelhantes, todos diferentes [tese de doutorado]. Campinas: Faculdade de Educação Física – Unicamp, 2003.

SCAGLIA, A. J. et al. **Contribuição da Pedagogia do Esporte ao ensino do esporte na escola:** tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHO, A. et al. Legados do Esporte Brasileiro. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2014.

SCHIAVON, L. M. et al. **Panorama da ginástica artística feminina brasileira de alto rendimento esportivo:** progressão, realidade e necessidades. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 27, n. 3, pp. 423-436, 2013.

SILVA, P. V. C.; FLEITH, D. de S. **Atletas talentosos e o papel desempenhado por suas famílias.** Revista Brasileira de Psicologia do esporte, v. 3, n. 1, pp. 42-63, 2010.

SILVA FILHO, F. J. et al. **Sports talents in judo and swimming.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 30, n. 3, pp. 627-636, 2016.

SOARES, A. J. G. et al. **Jogadores de futebol no Brasil:** mercado, formação de atletas e escola. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, n. 4, 2011.

SOUZA, D. L.; PAPPOUS, S. **Legados esportivos de megaeventos esportivos:** uma revisão da literatura. Motrivivência, n. 41, pp. 42-56, 2013.

SOUZA, V. M. L.; SILVA JUNIOR, G. O. **Pilar 8 - Competições nacionais e internacionais (Competições Estaduais e Municipais).** In: BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. Relatório de Pesquisas em Estados e Capitais Brasileiros. São Paulo, 2015, pp. 147-161.

STAMBULOVA, N. B. **Developmental Sports Career Investigations in Russia: A Post-Perestroika Analysis.** Sport Psychologist, v. 8, n. 3, 1994.

STAMBULOVA, N. et al. **ISSP position stand:** Career development and transitions of athletes. International journal of sport and exercise psychology, v. 7, n. 4, pp. 395-412, 2009.

STRACHAN, L. et al. **A new view:** Exploring positive youth development in elite sport contexts. Qualitative research in sport, exercise and health, v. 3, n. 1, pp. 9-32, 2011.



TEGA, E. **Futebol e sustentabilidade: Eduardo Tega – TEDxInatel**. 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ImHRzXfzlYY>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

TOLEDO, L. H. **Lógicas do futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TUBINO, Manoel Gomes. **500 anos de Legislação Esportiva Brasileira: do Brasil colônia ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

UEZU, R. **Análise das propostas e iniciativas da Confederação Brasileira de Handebol para o aprimoramento profissional [tese de doutorado]**. Universidade de São Paulo, 2014.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988 [tese de doutorado]**. Campinas: Unicamp – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2005.

WYLLEMAN, P.; LAVALLEE, D. **Career transitions in competitive sports**. FEPSAC, 1999.

WYLLEMAN, P. et al. **Career transitions in sport: European perspectives**. *Psychology of sport and exercise*, v. 5, n. 1, pp. 7-20, 2004.